



Escola de Sociologia e Políticas Públicas (ESPP)

Agencialidade de crianças-soldado na República Democrática do Congo: entre
agencialidade e violência estrutural

Fernanda Matos Lira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos
Africanos

Orientadora:

Prof. Dr^a. Sílvia Andreia Mateus Roque, Professora Auxiliar Convidada

Universidade de Coimbra

Co-orientadora:

Prof. Dr^a. Ana Lúcia Sá, Professora Auxiliar

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2019

Agradecimentos

Agradeço à toda minha família, pois nada disso teria sido possível sem o apoio de vocês. Obrigada especialmente à minha mãe, ao meu pai e à minha irmã por sempre acreditarem em mim. Mesmo com a distância física e a saudade, vocês sempre me apoiaram e tornaram possível a vida aqui do outro lado do oceano, com muito amor e confiança. Espero que os tenha feito orgulhosos!

Agradeço às minhas orientadoras, Prof. Dr. ^a Sílvia Roque e Prof. Dr. ^a Ana Lúcia Sá, por todos os conselhos e conhecimentos compartilhados durante o mestrado, mas especialmente durante o ano da escrita da dissertação.

Agradeço aos meus amigos e amigas do Brasil e de Portugal, que estiveram presentes e torcendo por mim em cada etapa; que passaram incontáveis tardes na biblioteca comigo; que mandaram bons pensamentos para que eu pudesse fazer o melhor trabalho possível; que me deram palavras de força quando o cansaço era grande. Não cito nomes, mas eles sabem quem são!

Por fim, agradeço a Portugal, país que me acolhe tão bem há dois anos.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Lista de figuras.....	vi
Glossário de siglas.....	vii
Introdução.....	1
Metodologia.....	4
1. As questões de violência e agencialidade concernente às crianças-soldado.....	7
1.1 As dimensões da violência.....	7
1.2 Violência, agencialidade e crianças-soldado.....	9
1.3 A agencialidade.....	12
1.4 As crianças-soldado.....	19
1.5 Crianças de rua e crianças feiticeiras: violência para além da guerra e da paz.....	25
2. Raízes históricas para compreender o presente.....	31
2.1 O conflito e a violência na RDC.....	31
2.2 As crianças e as crianças-soldado na RDC.....	36
2.3 Medidas de proteção e reintegração.....	40
3. Análise dos documentários dentro da perspectiva de agencialidade.....	47
3.1 Descrições dos documentários.....	47
3.2 Análise das questões de violência, agencialidade, crianças-soldado.....	48
3.3 As ausências dos documentários.....	62

Conclusão.....	66
Bibliografia.....	70
Fontes.....	72

Resumo

Desde a independência, em 1960, a República Democrática do Congo foi palco de duas guerras com milhões de mortes e atualmente o país se encontra imerso em conflitos pelas riquezas minerais e de natureza identitária, maioritariamente. Nesse cenário, as crianças são envolvidas na violência e se veem atuando como crianças-soldado, frequentemente buscando fugir da escassez. A partir disso, o presente trabalho teve como pergunta de pesquisa: para que serve o conceito de agencialidade (*agency*) no estudo das crianças-soldado? Para tal, serão explorados os conceitos de agencialidade tática, dimensões da violência e navegação social através do uso de livros, artigos e dois documentários, um sendo de produção congoleza e outro de produção estadunidense, a fim de compreender a importância da agencialidade como fator imprescindível no estudo das crianças-soldado.

Palavras-chave: Crianças-soldado. República Democrática do Congo. Agencialidade. Violência estrutural.

Abstract

Since the independence of the Democratic Republic of Congo in 1960, there have been dictatorships, two wars with millions of deaths and currently the country finds itself immersed in conflict for its mineral wealth and of identity nature, mostly. In this scenario, children are involved and find themselves as child soldiers, frequently looking to escape scarcity. From that, the present research intended to answer the following question: what is the concept of agency for in the study of child soldiers? To this end, the concepts of tactical agency, dimensions of violence and social navigation will be explored, in addition to the use of two documentaries, one of Congolese production and the other one of North-American production in order to comprehend the importance of the agency as indispensable in the study of child soldiers.

Key-words: Child soldiers. Democratic Republic of Congo. Agency. Structural violence.

Lista de figuras

Figura 1. Crianças recrutadas por grupos armados/exército

Glossário de siglas

AFDL	Alliance des Forces Democratiques pour la Libération du Congo-Zaire
CDC	Convenção dos Direitos da Criança
DIH	Direito Internacional Humanitário
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
DDR	Desmobilização, Desarmamento e Reintegração
FARDC	Forças Armadas da República Democrática do Congo
FDD	Forces for the Defense of Democracy
FPRI	Front for Patriotic Resistance in Ituri
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFRC	International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
MONUC	Missão das Nações Unidas do Congo
MONUSCO	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
NAP	National Action Plan
OHCHR	UN High Commissioner for Human Rights
OI	Organização Internacional
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ORPER	Oeuvre de Reclassement et de Protection des Enfants de la Rue
RCSA	Ritualistic Child Sexual Abuse
RDC	República Democrática do Congo
SG	Secretário-Geral
TPI	Tribunal Penal Internacional

Introdução

Não é recente o fato de crianças atuarem em guerras, não só na linha de frente, mas também desempenhando outras funções. As guerras podem incluir a sociedade civil, cidades, aldeias, vilas, áreas rurais. Podem provocar uma constante destruição e ausência de lugares seguros para os quais se possa retornar durante ou após a guerra. Nesta situação, a população fica vulnerável, principalmente as crianças, o que não raro as leva a serem recrutadas, alistadas ou a se oferecerem para trabalhar como soldados. Na República Democrática do Congo (RDC) tem sido assim (desde que foi documentado) há mais de duas décadas, e foi escolhida para essa pesquisa por ser um dos países com maior incidência de recrutamento de crianças e também de violações dos seus direitos, assim como um apreço especial da autora pelo país.

Entre a instabilidade política, a batalha pelo controle das riquezas minerais, os conflitos identitários e as dezenas de grupos armados e milícias espalhados na RDC, os efeitos da guerra civil, considerada encerrada no país desde 2003, continuam com o passar dos anos. Ainda hoje, em grandes regiões do país não há paz, especialmente no Leste e na região central, onde ainda há muita violência por conta de grupos armados e violações dos direitos humanos, gerando também muitos deslocados internos (incluindo crianças), mexendo com a estrutura social e familiar de muitas pessoas (De Boeck, 2018, p.1).

Como forma de referência, aqui será utilizado o conceito de criança para abordar pessoas de até 18 anos. No entanto, de acordo com Honwana e De Boeck (2005, p. 4), a infância e a juventude são construções sociais e culturais. As variáveis que se relacionam com a idade, como gênero, religião, classe e as responsabilidades, expectativas de acordo com o contexto cultural, por exemplo, têm um papel importante em definir ou considerar como sendo crianças, jovens ou adultos. Os significados sociais de poder, conhecimento, direitos, agencialidade e personalidade, tornam impossível de definir a infância ou a juventude apenas com base no estágio biológico. O processo de transição de estágios da vida (infância-juventude-adulta) não é o mesmo em todos os lugares, variando de acordo com as diferentes sociedades e culturas. Então, a pergunta de investigação a orientar este trabalho de pesquisa é: para que serve o conceito de agencialidade (*agency*) no estudo das crianças-soldado?

Sobre a agencialidade das crianças é preciso fazer uma investigação sobre a violência e suas dimensões, pois são dois conceitos que se unem no quadro do estudo sobre crianças-soldado. A violência tem diversas vertentes, mas, a concepção geral que se tem dela é somente aquela direta, ou seja, a que é visível (agressão física, por exemplo). Porém, conforme o estudo

se aprofunda, descobre-se que uma das violências que mais afeta a sociedade como um todo, mas especialmente as crianças-soldado é a violência estrutural. Isso porque estando inseridos em um sistema onde as estruturas são repressivas, não raro a opção é agir com violência direta, tornando-se agentes táticos que navegam socialmente dentro do ambiente da guerra – um terceiro conceito importante a ser explorado dentro da proposta da pesquisa. “Since child soldiery is a phenomenon that is likely to reflect both structural considerations as well as the flow of action carried out by individuals within the context of daily life, any conceptualization of the problem needs to address the dynamic relationship between structure and agency.” (Denov, 2010, p. 46)

Após o desenvolvimento desta parte teórica, será feita a observação de dois documentários que mostram diferentes lados sobre ser criança, criança-soldado, criança de rua (*street children*) e “criança feiticeira” na RDC. O primeiro é dividido em duas partes, são o “*A Duty To Protect: Child Soldiers in the DRC*” e “*On the Frontlines: Child Soldiers in the DRC*”, com duração de aproximadamente 15 minutos cada, produzido em 2003 pela AJEDI-Ka, uma organização não-governamental local, que trata das crianças-soldado e crianças-soldado já desmobilizadas, suas famílias e as consequências do recrutamento e abusos a que foram submetidas. O segundo é o documentário “*Children of Congo: From War to Witches*”, com duração de 1 hora, produzido em 2008 por Dan Balluff, nos Estados Unidos, que mostra a realidade de dois lares de acolhimento para crianças de rua e que foram acusadas e expulsas de casa principalmente por acusações de feitiçaria, mas também por motivos sociais e econômicos.

Embora os documentários naturalmente possuam um viés orientado pelos pesquisadores e produtores, será a partir dos mesmos e de depoimentos recolhidos em livros e artigos que as falas das crianças e as suas vivências serão inseridas, levando-nos a questionar a noção de “escolha” num contexto de violência estrutural – que é um elemento da estrutura, enquanto a agencialidade é um elemento da ação individual das crianças-soldado.

Os documentários e as diferentes posições nas quais as crianças se encontram – flutuando entre vítima e perpetrador – colocam precisamente no centro da análise, o conceito e as discussões em torno da agencialidade. Como se pode afirmar que elas podem também ser pessoas que praticam crimes? E que, mais frequentemente do que é imaginado, elas escolhem fazê-lo? Quais os motivos por detrás dessa escolha?

A partir destes meios visuais foi possível recolher os testemunhos de crianças e suas famílias, embora não tenham sido todas identificadas, pois muitas vezes tiveram uma fala de

poucos segundos. Entretanto, quando foram identificadas, todos os nomes foram citados, procurando dar o máximo de respeito e espaço de fala para aquelas que se propuseram a contar sua história, que ajuda não apenas na conscientização, mas também no estudo das suas demandas e derivados planos de ação para auxiliá-las.

Outro fator importante é que na pesquisa procurou-se dar atenção extra às meninas, que passam por situações e necessidades diferentes dos meninos, concernente à estigmatização, gravidezes, e o silenciamento sobre a violência sexual que sofrem. Mesmo os documentários não abordam diretamente a questão, que perdem muito ao não o fazer, pois é uma das maiores violações que podem sofrer, gerando consequências para toda a vida.

Dessa forma, o capítulo primeiro abordará o enquadramento conceptual, centrando-se sobre os conceitos de violência, e algumas das suas dimensões (direta, estrutural, psicológica, cultural) que atingem diretamente as crianças-soldado, baseado em Galtung (1969, 1971, 1990); agencialidade, e as suas dimensões (tática e estratégica), baseado em Honwana (2005), Honwana e De Boeck (2006), Denov (2010) e Utas (2005) e a navegação social no terreno da guerra (Vigh, 2005); e, por fim, conciliará os conceitos de violência e de agencialidade para analisar o fenômeno das crianças-soldado.

O capítulo segundo tratará da parte histórica, revendo brevemente os conflitos na RDC, especialmente os acontecimentos que influenciaram e continuam a influenciar a haver crianças-soldado no país em primeiro lugar, as raízes coloniais do recrutamento de crianças, assim como a análise de dados através dos relatórios do Secretário-Geral da ONU e do Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados entre os anos 2006 e 2017 (o mais recente) de quantas crianças foram recrutadas, entre meninos e meninas. Será tratado também sobre os projetos existentes no país para procurar otimizar a proteção das crianças concernentes ao recrutamento e à violação sexual, assim como as leis de proteção e o trabalho conjunto necessário entre o Estado, as ONGs, as organizações internacionais e os agentes locais para garantir que elas tenham o melhor tratamento e atendimento possíveis.

Por fim, o capítulo terceiro consiste na análise dos documentários a partir do enquadramento conceptual (agencialidade, violência, crianças-soldado e crianças de rua), com particular atenção às ausências, ou seja, temas de grande importância, mas não foram abordados, como, por exemplo, especificidades sobre a violência sexual, que é uma das maiores violências que as crianças sofrem, principalmente as meninas.

Metodologia

Trata-se de um estudo de caso qualitativo sobre a agencialidade das crianças-soldado na RDC, que utiliza livros, artigos e dois documentários, de modo a buscar variadas fontes para uma melhor compreensão do fenômeno. Isto se dá porque uma pesquisa sem uma precisão de dados, informações e uma amostra ampla de fatos é dificilmente aceita no meio acadêmico, pois não há embasamento, além de limitar o potencial da pesquisa.

Dito isto, o estudo de caso foi julgado como a melhor forma de explorar o tema dentro das limitações de tempo e recursos (impossibilidade de viajar até a RDC e/ou conseguir contato para realização de entrevistas), por dar a possibilidade de explorar diversas fontes e referências, sendo capaz de construir uma pesquisa rica e de contribuir para o desenvolvimento do tema.

Então, de acordo com Yin (2005, pp. 19-21), o estudo de caso é uma investigação empírica que foca especialmente um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real (p. 30), sendo uma estratégia de pesquisa abrangente. É uma boa escolha quando o pesquisador tem pouco ou nenhum controle sobre os acontecimentos, e tem o propósito de criar e estabelecer discussões e debates ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas onde não há controle e manipulação dos comportamentos relevantes – como pesquisas que envolvem laboratórios. Yin (2005, p.15), traz um conceito de Schramm (1971), que dizia que a principal tendência de qualquer tipo de estudo de caso, a sua essência, é tentar esclarecer uma decisão ou um conjunto delas, ou seja, como elas foram tomadas, implementadas e os seus resultados.

Há várias formas de fazer um estudo de caso. Há investigadores que preferem não destacar métodos quantitativos, como Stake (2007), mas que reconhece sua importância, e investigadores como Yin (2005), que destaca a importância deste método, defendendo que, se assim o pesquisador quiser, ele pode ser o método central para guiar a pesquisa. Entretanto, para esse caso específico, das crianças-soldado na RDC, é essencial que tenha essa coleta de dados quantitativos para ter conhecimento – ou uma quantidade aproximada, já que não há como os dados serem 100% precisos – da dimensão do problema, observar se houve variação ao longo dos últimos anos, saber qual a tendência e ser capaz de pensar sugestões após a análise e interpretação dos dados coletados.

Assim sendo, de modo a coletar material para este estudo, serão analisados dados quantitativos disponibilizados nos relatórios anuais do Secretário-Geral (SG) da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para

Crianças e Conflitos Armados. Os referidos relatórios dispõem de dados que ilustram e ajudam a ter uma noção geral de quantas crianças ainda estão envolvidas em conflitos armados com grupos armados/milícias (e quem recrutou), quantas foram estupradas, mortas e feridas, desmobilizadas, por exemplo. Assim, cria-se um parâmetro de comparação com anos anteriores e é possível saber se estão aumentando ou diminuindo, se estão sendo efetivas as ajudas oferecidas, orientando e recomendando quais medidas precisam ser tomadas para que possam ser cada vez melhores (dentro do ponto de vista do SG).

Os investigadores quantitativos geralmente têm preferência à explicação e ao controle das situações, e já os qualitativos à compreensão das complexas inter-relações entre todos os fatos (Stake, 2007, p. 53). O investigador quantitativo busca um conjunto de circunstâncias para que a partir do total, surjam significados relevantes para os problemas (p. 91). A diferença qualitativa-quantitativa está ligada a dois tipos de situações. Na primeira, a pergunta de investigação procura uma relação entre um número limitado de variáveis. Na segunda, ela busca casos ou fenômenos – à procura de padrões de relações imprevistas e esperadas (p. 56). Mais uma vez reforçando a importância deste estudo com os dados coletados através dos relatórios, buscando descobrir tendências. Estes dados também são importantes para que os atores envolvidos, como o governo, organizações internacionais (OIs), organizações não-governamentais (ONGs) e a sociedade civil possam trabalhar em planos de ação, conjuntamente, para melhor auxiliar as crianças.

O estudo de caso faz uso de dados em diferentes formatos, e aqui o conteúdo dos documentários será utilizado com o objetivo de linkar os acontecimentos com os conceitos trazidos para debater a agencialidade das crianças, observando também os pontos de vista que os criadores dos documentários escolheram para retratar aquelas realidades. A interpretação que terão os telespectadores oscila de acordo com o modo que elas são retratadas, e pode-se perceber a diferença neste aspecto também pelas escolhas dos documentários, pois um é de produção congoleza e o outro de produção americana, procurando diferentes pontos de vista.

Por exemplo, a visão comum ocidental de quando se fala em crianças-soldado, é que elas são vítimas absolutas, sem escolha. Entretanto, será falado também sobre a agencialidade das crianças, ou seja, que elas também são perpetradoras de crimes. Mas para isso acontecer, são muitas as variáveis que influenciam. Sendo assim, de acordo com o modo que os criadores dos documentários escolheram retratar as realidades dessas crianças, aqueles telespectadores podem ser influenciados a acreditar em uma realidade ou em outra.

De acordo com Stake (2007, p. 12), o objetivo do estudo de caso é a particularização e não a generalização. Ou seja, ao escolher um caso específico, o objetivo passará a ser o aprofundamento aquele tópico, conhece-lo bem, e interpretá-lo de acordo com o foco da pesquisa. Essa interpretação é justamente função do investigador qualitativo na recolha de dados. Enunciar os problemas facilita o trabalho de investigação, pode aparecer como uma relação de causa e efeito ou um possível problema, depende de como o investigador guiará sua pesquisa (pp. 32-34).

Sobre a escolha do caso, o ideal é maximizar o que se pode aprender, questionando “que casos terão probabilidade de nos levar a entendimentos, a asserções, talvez até à modificação das generalizações”. No estudo de caso, os investigadores qualitativos precisam preservar as múltiplas realidades com as quais se deparará ao longo de sua pesquisa, sejam elas perspectivas diferentes ou contradições (Stake, 2007, p. 28). É assim que se descobrem novas possibilidades de continuidade daquele tema, fomentando a ciência e continuando a investigar. Assim, é possível que o pesquisador esteja apto a desenvolver novas conclusões para auxiliar a um determinado tema (Stake, 2007, p. 20). Neste caso, buscando-se perceber as necessidades das crianças envolvidas com esses grupos, perceber como elas pensam, e assim buscar formas de ajudá-las. Como representado nos documentários, essas múltiplas realidades são visíveis, visto que das crianças que dão entrevistas, algumas estão aliviadas de estarem livres dos grupos armados, enquanto outras se agarram à posição de poder a qual elas alcançaram e se sentem bem ali.

Como diz Earl (2002, p. 37), “pesquisadores sociais que se restringem a um só método [...] limitam gravemente sua capacidade de entender o mundo ao seu redor”. Por isso também foram escolhidos os documentários para complementar o estudo de caso, para que além de ler, possa também visualizar e analisar comportamentos e modos de fala, de comunicação.

Este estudo de caso permitirá ter uma visão mais ampla sobre a importância de se estudar a agencialidade das crianças-soldado, pois existem variáveis complexas que são descobertas quando se explora a agencialidade através dos conceitos aqui utilizados.

Capítulo 1 – As questões de violência e agencialidade concernente às crianças-soldado

1.1 As dimensões da violência

A violência está presente quando os seres humanos estão sendo influenciados para que as suas realizações somáticas e mentais reais estejam abaixo das suas realizações potenciais. (...) A violência é a causa da diferença entre o potencial e o real, entre o que poderia ter sido e o que é. (...) Quando o potencial é maior do que o real, é por definição evitável, e quando é evitável, a violência está presente. (Galtung, 1960, pp. 168-169)

Galtung (1990) aborda diferentes dimensões de violência, distinguindo-as. A primeira distinção que faz é entre a violência física e psicológica: na primeira, os seres humanos são feridos somaticamente, ao ponto de matar, é aplicada ao corpo físico. Já a psicológica é aplicada à alma, ou seja, inclui mentiras, lavagem cerebral, doutrinação de vários tipos, ameaças, e assim por diante – tem o objetivo de diminuir as capacidades mentais. Isso leva à segunda dimensão que é a distinção entre a abordagem negativa e positiva de influência, o que quer dizer que uma pessoa pode ser influenciada não apenas pelo medo da punição (física ou psicológica) quando o sujeito faz algo que é considerado errado pelo influenciador, mas também o recompensar quando faz o que é considerado correto (pp. 168-170). De modo lato, a violência seria, de acordo com Galtung (1990, p. 292), “ofensas evitáveis às necessidades humanas básicas e à vida em geral”.

Uma outra dimensão, e a mais importante, é se há ou não um sujeito que comete o ato. Há o tipo de violência que tem um ator que comete a violência direta (ou pessoal) e a violência quando não há um ator, como a estrutural (ou indireta). A violência estrutural é quando não há uma clara relação entre o sujeito e o objeto, atinge indiretamente as pessoas, como resultado de estruturas repressivas, resultado da distribuição desigual do poder e se expressa através da repressão e exploração. Essa estrutura é o meio pelo qual é transmitida a violência, e quando ela é ameaçada os que se beneficiam dela preservarão o seu *status quo* para que protejam os seus interesses, podendo utilizar a violência pessoal (Galtung, 1969, pp. 170-173).

Mesmo que no momento não haja uma guerra, não quer dizer que não há conflito, e a ausência de violência interpessoal não é sinônimo de paz. É preciso também a ausência da violência estrutural como sinônimo de justiça social (Pureza & Moura, 2004, p. 4), pois ela é utilizada para ameaçar as pessoas a obedecer, como modo de coerção. É algo que tem uma certa estabilidade, é essencialmente estática e não aparece de forma óbvia, pode ser vista como algo muito natural, enquanto a violência interpessoal flutua com o tempo, ela se vê com facilidade,

apesar de que nas “águas tranquilas” da violência estrutural contêm muito mais violência (Galtung, 1969, pp. 172-174). Isso porque a violência estrutural está implantada no dia-a-dia, acaba sendo vivenciada e repetida cotidianamente sem muitas vezes as pessoas perceberem que estão sendo vítimas de violência, é a que muitas vezes “normaliza” atos e percepções negativas, enquanto a interpessoal acontece e passa, gerando comoção, mas que logo fica também esquecida.

A violência estrutural é a violência da pobreza, da fome, da exclusão social e da humilhação. A violência por si só jamais pode ser entendida apenas como a violência física, pois também inclui ataques à personalidade, dignidade, senso de valor da vítima. Ela se reproduz sozinha, e essa cadeia de repetição é conhecida como *continuum* da violência (Scheper-Hughes & Bourgois, 2004, pp. 1-2). Dentro desse *continuum* estão incluídas todas as expressões de exclusão social, desumanização, perda de identidade e retificação que normaliza o comportamento atroz e violência para com os outros. A violência é entendida como todas as formas de controle que atacam as liberdades humanas básicas individuais ou pela sobrevivência do coletivo. A violência em massa é parte do *continuum* e é socialmente implementada e experienciada por perpetradores, colaboradores, espectadores e mesmo as vítimas. São esperadas e até justificadas (Scheper-Hughes & Bourgois, 2004, pp. 21-22). O que a constitui é uma dicotomia entre legítimo/ilegítimo, permitido/atos sancionados, como quando a violência “legítima” feita pelo Estado militarizado é diferenciada da violência ilícita praticada pelos grupos armados ou grupos revolucionários. A violência é uma condição humana e está presente como uma capacidade em cada um de nós, assim como também está a rejeição da violência (Scheper-Hughes & Bourgois, 2004, pp. 1-2).

Nessa linha de raciocínio, a violência, de acordo com Ribeiro (2013, pp. 8-9), é um elemento de estruturação social. O que se imagina, de modo geral, é que a violência se resume à violência física, mas essa é uma ideia equivocada. A violência psíquica, por exemplo, tem o objetivo de provocar sofrimento mental, como ameaças de agressão, que afetam a estabilidade e segurança das pessoas. Essa é regularmente utilizada contra as crianças.

Em contexto de guerra, a sociedade civil é palco e alvo da violência, ou seja, pode ser usada como estratégia para alcançar algum objetivo. Os atores são pessoas locais, crianças, senhores de guerra, facções, polícia, exércitos, e têm acesso a armas que não necessitam de treinamento específico (Pureza & Moura, 2005, p. 10). Os atores que exercem condutas violentas (direta, visível), se justificam com base nas injustiças de ordem estrutural (violência

estrutural, visível ou pouco visível), que serve para tentar legitimar essa forma como a única possível (Pureza & Moura, 2005, p. 5).

Dentro da hierarquia das milícias e do meio militar, a agressão é legitimada como uma forma de resolver problemas. Logo, a violência é utilizada como forma de controle dentro do grupo e quem obedece ganha “recompensas” (sobe dentro da hierarquia, recebe alimento, alguma vantagem). Para os novos recrutas, por vezes influenciados por esses papéis violentos, agressivos, representantes de “poder”, vão aprendendo a praticar isso da sua própria maneira – geralmente com pessoas que aparentam estar em situação inferior, como civis desarmados, mulheres e crianças (Trenholm, 2013, p. 220).

Há que se ter em mente que além da guerra, existe o *continuum* da violência, que mostra que a guerra não é um fato social isolado e sim que impregna o cotidiano como um sistema cultural (Pureza & Moura, 2005, p. 16). A violência se tornou um elemento chave em lugares que não têm alternativas, para a sobrevivência política e econômica. Ou seja, as características das guerras atuais passaram a se basear em exploração e exportação de recursos naturais, cultivo e exportação de drogas, tráfico de armas – o que continua a gerar a renovação da violência, pois assim o conflito não se extingue (Pureza & Moura, 2005, p. 11).

1.2 Violência, agencialidade e crianças-soldado

A violência e a agencialidade são dois conceitos que estão intrinsecamente conectados. Quando se fala de crianças-soldado são imprescindíveis de serem estudados em conjunto, porque o que passam está baseado nas variadas dimensões de violência existentes, mas principalmente a violência estrutural. Enquanto isso, a agencialidade é exercida dentro da estrutura na qual estão inseridas, sendo utilizada como meio de sobrevivência, ao mesmo tempo que gera um trauma muito grande naqueles que a utilizam. De acordo com Denov (2010, p. 44-45), as estruturas não simplesmente agem sobre as pessoas como se fossem forças da natureza, determinando-as a comportarem-se de uma forma ou outra, porque os indivíduos sempre têm uma escolha e são capazes de resistir ou abraçar as estruturas em que vivem. Essas organizam a ação social, mas não existem fora das práticas sociais. Então, elas não são uma barreira à ação, mas estão intimamente envolvidas na sua produção. De acordo com Denov (2010, p.46), “comportamentos humanos e as motivações por trás das decisões e ações individuais são inexoravelmente conectadas às propriedades de estruturas sociais. Atores produzem as próprias circunstâncias sociais, mas o seu conhecimento e escopo para a escolha estão ligados por alianças condicionais históricas e institucionais e por consequências não intencionais.”

As vivências cotidianas de violência criam um ambiente hostil, e crescer em um ambiente assim aumenta a probabilidade do sentimento de impotência, e por terem responsabilidades sociais desde muito jovens, não raro são capazes de perceber o que se passa.

É comum que muitas crianças se unam às milícias ou exército para que possam defender e ajudar suas famílias ou comunidades, com a intenção de fazer algo bom por elas. Também é comum que as famílias enviem seus filhos para os conflitos, pois muitas vezes, por escassez, não conseguem prover os bens básicos para toda a família, e acreditavam que estando com estes grupos, legais ou ilegais, que seus filhos tinham maior chance de sobreviver e de ficarem bem, do que em casa. (Singer, 2006, p. 63)

Então, embora a Segunda Guerra do Congo (a guerra mais mortal do país) tenha acabado há 16 anos, os conflitos continuam por diversos motivos, e entender como os jovens experienciam e vivenciam as violências cotidianas, seja como vítimas ou perpetradores é indispensável (Roque, 2011, p. 19). Isso porque viver em um ambiente violento pode resultar em comportamentos mais agressivos, particularmente os que já tiveram experiências de combate. Em conjunto com isso, grupos armados agem agressivamente para atingir objetivos como adquirir munição, alimento, dinheiro, ou recrutar novos soldados, por exemplo, nos quais as crianças ainda são alvos frequentes (Hermenau et al., 2013, p. 2).

Entre os desafios enfrentados diariamente como a escassez de recursos e também problemas de saúde (físicos e mentais), há maior tendência a um comportamento agressivo (o que também torna desafiadora a reintegração às comunidades quando é chegada a hora). Essa pesquisa realizada por Hermenau et al. (2013, pp. 2-8) com 200 ex-crianças-soldado indicou que crescer dentro de um grupo armado está diretamente conectado com altos níveis de traumas, comportamento agressivo e frequentes falhas na reintegração, o que é natural devido às situações que vivenciaram – e se elas não têm ajuda, acabam por ficar (ainda mais) marginalizadas. De acordo com esse estudo, as crianças-soldado na RDC iniciam a vida militar do escalão mais baixo, enquanto combatentes adultos começam mais alto de acordo com o seu percurso profissional, embora as crianças sejam as que enfrentam e executam as tarefas mais difíceis, nas quais estão em posição de serem maiores perpetradoras de violência.

Há relatos de ex-crianças-soldado de que a guerra gerou neles uma transformação gradual dentro da percepção de violência. Enquanto no começo era assustador, com a continuidade daqueles atos passou a se tornar algo normal e aceitável, sendo descrito por eles até como estimulante e excitante. Então, as ONGs e OIs, geralmente provedoras de ajuda e

amparo, precisam também estar preparadas para lidar com esse tipo de comportamento, e não só com as crianças que naturalmente não querem mais estar conectadas àqueles grupos armados, que vão já por vontade própria. Por isso é importante elas estarem atentas aos costumes locais (caso sejam estrangeiras), em colaboração próxima com agentes locais. Não há como prover auxílio efetivo se não têm conhecimento dos modos de viver e as necessidades de cada comunidade. Isso inclui as dimensões psicossociais (e suas componentes espirituais) dos impactos da guerra e da violência sob a forma de traumas e sua transmissão intergeracional, assim como as formas que as sociedades lidam com esses traumas precisam ser levadas com maior consideração (Roque, pp. 369-370), pois influenciam diretamente na forma como as crianças lidam com o processo de desmobilização.

Essa transmissão intergeracional começou a ser afetada ainda no tempo da colonização, redefinindo as estruturas familiares para aproximar de um modelo ocidental-europeu. A presença missionária fortaleceu essa tendência, porque à época da colonização, todas as escolas eram católicas ou protestantes, fazendo uso disso para que as mentes fossem condicionadas à “modernidade”, querendo classificar as configurações das sociedades como erradas, alterando os sistemas de crenças que, de tanto ser reproduzido, ainda hoje têm um impacto muito forte. Mesmo com tantas mudanças, ainda há hierarquias sociais que se constituem como antigamente: através de posições altas de poder econômico e político, que era baseado no controle do trabalho realizado por rapazes dependentes da família, os rituais de transição de passagem para a vida adulta, os rituais de casamento e alianças (De Boeck, 2018, p. 4).

Um dos fatores que pode causar e aumentar essa tensão intergeracional é o poder econômico conquistado pelas crianças ao estarem em grupos armados (quando são pagas) e ao trabalharem no setor informal, por exemplo, na busca pela sobrevivência, dando a elas maior poder econômico do que os seus pais e os mais velhos. Mesmo para os mais velhos, que sempre foram os da mais alta hierarquia dentro das comunidades, tem sido difícil conseguir manter a sua autoridade. Dentro da casa, da família e da linhagem, as pressões que foram causadas pelas novas e diferentes demandas no ambiente social estão presentes nas novas relações de autoridade e da falta de respeito entre homens e mulheres e entre as gerações (Boeck, 2018, pp. 4-5).

Um exemplo de como o passado colonial influenciou e ainda influencia as sociedades, e que desde então vem sendo reproduzido de modo que muitas pessoas seguem, é que as igrejas e suas ideologias estão redefinindo as afiliações de linhagem e parentesco há muito definidas

tanto em África como um todo, mas especialmente na RDC. Isso é feito através do foco no modelo familiar ocidental e as formas individuais de se viver ignorando as formações coletivas e trocando a lógica do presente (solidariedade) por uma lógica monetária e capitalista. Por isso algumas igrejas neopentecostais afirmam que família também é feitiçaria, por causa das noções de individualismo. Pedir ajuda a membros da família, que pela lógica da solidariedade e das dádivas estaria sempre presente, é algo demonizado pelas igrejas, porque pelo conhecimento que eles passam, tudo deve ser conquistado individualmente. Entretanto, há ainda resistência e muitas comunidades que lutam para manter os costumes, mas que também são desafiados por essas novas configurações que foram instaladas (De Boeck, 2018, pp. 3-4).

1.3 A agencialidade

Há que se tomar cuidado para não generalizar a imagem de ser criança e jovem em África como algo problemático, pois isso pode prejudicar também o entendimento sobre quem elas realmente são. Por isso, “há uma necessidade de integrar o fator juventude como um elemento necessário em qualquer análise social nas sociedades africanas, assim testando a autonomia relativa das juventudes como atores re(formando) relações sociais e formações de poder” (Abbink, 2005, p. 3).

Há que se pensar de forma crítica sobre o assunto, e procurar encará-lo a partir de várias perspectivas. Em primeiro lugar, o que realmente é ser criança nos diferentes lugares do mundo? Em África, especificamente na RDC? O que define, o que caracteriza, de acordo com as diferentes sociedades? Como isso entra em contraste com a visão da comunidade internacional, com o que está descrito nos acordos assinados por quase todos os países em relação à proteção das crianças? Como esses acordos podem ser mais práticos e efetivos?

Na sociedade ocidental atual, a infância é comumente associada à vulnerabilidade, inocência e dependência dos adultos, enquanto os soldados são vistos como sinônimos de agressão, violência, responsabilidade das escolhas. Essa linha que divide o que é ser criança e o que é ser adulto não fica clara porque as crianças, supostamente, estão para ser defendidas e protegidas, enquanto os soldados defendem e protegem. Gera estranhamento então quando se veem as palavras “crianças-soldado”, porque é um conceito que flutua entre os dois. “Pela sua própria natureza, crianças-soldado se encontram em uma posição liminar a qual quebra a dicotomia estabelecida entre civil e soldado, vítima e perpetrador, iniciante e iniciado, protegido e protetor, criador e destruidor” (Honwana & De Boeck, 2005, p. 24). Ou seja, transitam entre diferentes identidades, o que causa confusão em como interpretar quem são e quais as

consequências das suas atitudes enquanto soldados. Partindo disso, Honwana & De Boeck (2005, pp. 32-33) defendem que elas não são isentas de agencialidade, mas trabalham um conceito específico chamado “*tactical agency*” (agencialidade tática, tradução livre), com o objetivo de enfrentar as circunstâncias que estão vivendo dentro do ambiente militar, que exige rápida resposta, diferentemente do que é a estratégia (baseado em De Certeau). Argumentam que não estão em posição de poder, e não esperam ganhos a longo prazo, mas que estão conscientes dos retornos imediatos das suas ações, aproveitando as oportunidades disponíveis. Essas ações, entretanto, têm fortes consequências para elas mesmas e para os outros.

Não raro, elas têm consciência do poder que têm em mãos (armas de fogo, machados, cordas, ordens para cometer crimes), podendo até fazer mais do que lhes foram ordenados. Esse tipo de comportamento pode ser desencadeado por sentimento de vingança, ganância, imaturidade, inveja, revolta, rejeição, agir sem pensar (Honwana, 2006, p. 71), ou ainda, agir, entre outras coisas, sob efeitos de narcóticos. Várias crianças que se encontram nessa posição tiveram suas famílias assassinadas (podendo até ter sido elas a terem cometido tal ato, por ordem recebida como meio de provação para os soldados e chefes) e sofreram violência sexual, para citar alguns exemplos de gatilhos para atitudes violentas.

Essa diferença entre agencialidade tática e estratégia é trabalhada por vários autores, incluindo Honwana e De Boeck (2006), baseadas nos conceitos de De Certeau (1984, pp. 36-39), precursor desse estudo. Segundo este último autor, estratégia é o cálculo (ou a manipulação) de relações de poder que se tornam possíveis assim que o sujeito que tem o poder (no caso, os grupos armados) pode ser isolado, porque existe um lugar físico próprio que serve como base, onde se elabora espaços teóricos (sistemas e discursos) capazes de articular as forças distribuídas. Enquanto isso, a tática é uma ação calculada determinada pela ausência de um local apropriado, pois o espaço da tática é o espaço do outro, é a situação que está acontecendo naquele determinado momento, circunstâncias precisas que se transformam em oportunidades. Opera em ações isoladas, aproveitando a vantagem de oportunidades e depende deles, sem qualquer lugar onde poderiam comemorar suas vitórias – o que ganha não pode guardar. Isso oferece uma mobilidade que abraça as oportunidades do momento, enquanto a estratégia é planejada.

Explicada por Alcinda Honwana (2006, p. 73), então, é que

enquanto os meninos são transformados em crianças-soldado eles exercem uma agência própria, a agência tática ou a agência dos fracos, que é esporádica e móvel e aproveita

oportunidades que os permitem lidar com as condições impostas a eles. Táticas são ações complexas que envolvem cálculo de vantagem mas nascem da vulnerabilidade. (...) As crianças navegam dentro de uma multiplicidade de espaços simultâneos e de estados de ser: crianças e adultos, vítimas e perpetradores, civis e soldados.

Ou seja, frequentemente as crianças acabam por escolher determinado caminho, determinada atitude, para que possam sobreviver (tanto física quanto psicológica e emocionalmente, um modo de lidar com as situações de violência). Esta autora diz que ao invés de cumprir as ordens eles poderiam tentar outras soluções, utilizar de recursos para evitar fazer algo que lhes cause conflito, como fingir estupidez, doenças, planejar fugas. Entretanto, é algo arriscado, visto que qualquer simples situação poderia causar a própria morte ou a de seus colegas (Honwana, 2006, pp. 69-71).

Entretanto, Henrik Vigh (2006, pp. 132-135) critica essa visão como simplista, pois ao considerar estratégia como atos dos poderosos e táticas como atos dos fracos desconsidera o fato de que o terreno é um fenômeno de muitas camadas, contendo muitas negociações de poder, e que leva a essa simplificação de considerar as pessoas poderosas ou fracas, o que é um erro, pois uma maioria poderosa pode estar, na verdade, agindo taticamente como uma minoria. Estratégia, para ele (também baseado em De Certeau), é a ação dirigida para definir, atualizar ou consolidar regras, é o processo de demarcar e constituir espaço, e a tática é a ação dirigida para fazer o melhor uso dela, adaptando-a para as situações – o processo de navegá-las socialmente. Na práxis, torna-se confusa essa distinção. Em outras palavras, a estratégia é algo a longo prazo, planejado, e a agencialidade tática é para ações imediatas, nas quais uma decisão precisa ser tomada rapidamente. Essa melhor representa as crianças que, em uma situação de pressão, precisam responder rapidamente, influenciando as suas atitudes. É possível perceber que essas atitudes tomadas são também influenciadas pela violência estrutural e especialmente a violência psicológica, pois ali estão reproduzindo atitudes que lhes foram ensinadas por comandantes e/ou soldados, não necessariamente refletindo o modo como elas naturalmente pensariam se não fosse pelos treinamentos e muitas vezes lavagem cerebral as quais são submetidas.

Navegar socialmente as situações em que vivem é um conceito desenvolvido por Vigh (2006, p. 14) para explicar como se dá a movimentação pelo terreno da guerra, que deve começar avaliando o movimento do ambiente social, a possibilidade de se mover dentro dele e o efeito no movimento planejado e atual. Isso é o que ele chama de navegação social, uma análise que ilustra como os agentes vivem através das circunstâncias sociais e políticas

problemáticas. Explica que não é outra metáfora para explicar a agencialidade, mas para designar a interface entre agencialidade e forças sociais, focando na não-separação entre o ato e o ambiente. A navegação implica que há conhecimento de que pode ser reposicionado ao trocar de terrenos e circunstâncias, ou seja, as situações podem mudar, e vão mudar, por se tratar de uma zona de conflitos que necessita de adaptação constante. Quando se move em direção a um ambiente sócio-político turbulento e instável, está ao mesmo tempo sendo levado por correntes, mudanças, marés, o que requer estar atento às ações e trajetórias no ambiente onde está navegando. Nessa perspectiva, é um movimento tático dos agentes em uma situação em constante mudança. Todos navegam, mas a intensidade dessa navegação depende da volatilidade da mudança social, o quanto de mudança irá ocorrer.

Esse conceito é essencial para entender o fenômeno das crianças-soldado e acrescenta ao entendimento de ação social em dois sentidos: permite ver como os agentes simultaneamente navegam o agora e o imaginado e a descrição da práxis no qual a mudança social é levada em consideração (Vigh, 2006, pp. 13-14). O espaço político e as possibilidades disponíveis para os jovens são caracterizadas por declínio, conflito e guerra ocasional, mas ao invés de serem esmagados pela situação, eles são capazes de navegá-las, mantendo o foco nas possibilidades de melhorar as chances da vida com uma troca de terreno (p. 236). Eis a importância da navegação social: as possibilidades que ela oferece para os agentes de melhora de vida dentro um terreno de guerra/conflito.

A agencialidade não é uma questão de ter ou não ter, mas representa uma gama de possibilidades que são informadas por contextos sociais específicos assim como questões políticas e econômicas.

Utas (2005) procura trabalhar exatamente o choque entre os conceitos de agencialidade e vítima, falando de “*victimcy*” (que é diferente do conceito comum de vítima) como uma força de auto representação na qual a agencialidade pode ser exercida efetivamente nas circunstâncias incertas que os atores envolvidos confrontam em um cenário de guerra – foca especialmente nas meninas. Este autor diz que embora a zona de guerra seja traiçoeira, pode ser um campo cheio de possibilidades para ascender social e economicamente, mesmo que seja muito comum que isso leve à marginalização, e quer desafiar essa imagem de apenas vítimas que possuem as meninas e mulheres quando se trata das suas posições dentro da guerra. Defende que as meninas são agentes ativas que alternativamente usam diferentes táticas para lidar com desafios e explorar oportunidades providas pela guerra (pp. 403-408). Haer e Böhmelt

(2018, p. 8), argumentam com uma pesquisa sobre o envolvimento das meninas nos grupos armados onde concluem que a atuação dessas como soldados ocorre com frequência e que as posições que assumem são multifacetadas, alternando-se de acordo com os grupos que fazem parte, por serem ambas vítimas e perpetradoras.

A partir disso, Utas (2005, p. 407) traz o conceito de Honwana ao se questionar como abordar as questões mais amplas da agencialidade dos indivíduos que são diariamente confrontados pelas condições saturadas de poder presentes na guerra, apresentando um conceito oposto: a agencialidade estratégica. De acordo com seu estudo, esse conceito de agencialidade tática se refere a reações em situações de curto prazo, em relação com a estrutura social. Enquanto isso, a agencialidade estratégica seria para aqueles que conseguissem prever situações futuras, obtendo a possibilidade de fazer uso da agencialidade tática de outras pessoas. Se for assim, a agencialidade deixa de ser algo ao qual uma pessoa possui, mas algo a ser mantido em relação ao campo social habitado com outros atores sociais, ou seja, ela depende de situações sociais específicas.

Já Abbink (2005, p. 8-10) tem uma visão mais limitada, defendendo que a agencialidade enfatiza o papel ativo da juventude em encontrar suas próprias respostas para os problemas. De acordo com isso, então, as crianças seriam donas dos seus próprios destinos, por serem versáteis, resilientes e fazerem o que for necessário para sobreviver. Parte dessa perspectiva seria reconhecer que a juventude tem sido inclinada a se envolver ativamente no crime e movimentos armados, na busca por modelos a seguir, desespero e falta de opção. É, por isso, necessário estudar crianças e jovens a partir das suas experiências e percursos, já que não são nem universalmente manipuladas nem atores passivos; são, antes, indivíduos que estão em busca do seu próprio caminho. Abbink insiste que o conceito de agencialidade traz atenção ao poder individual de cada ator envolvido e o seu impacto, sem deixar de ter em contas suas restrições estruturais, sociais e políticas. Entretanto, as crianças não têm como serem donas dos seus próprios destinos porque elas não têm como mudar as suas condições estruturais nas quais estão inseridas. Se tivessem real poder de escolha, certamente não escolheriam ter que se colocar na posição de soldados.

Faulkner (2019) diz que a promessa de ganhos econômicos pode incentivar grupos a adotar estratégias que, se não fosse por isso, possivelmente a teriam evitado. Defende que ao encaixar todas as crianças como vítimas, isso não considera as suas habilidades de criar estratégias racionais para se juntar a grupos, conflitos, rebeliões ou afins, se nisso houver algum

tipo de ganho econômico para eles (pp. 3-4). Este autor também não considera as condições estruturais nas quais as crianças estão inseridas. Desconsiderar as questões estruturais é ignorar um elemento essencial para a compreensão dos motivos pelos quais as crianças tomam determinadas atitudes em uma situação de conflito.

A agencialidade das crianças entra em conflito com a visão que as pessoas têm delas, inclusive a de acadêmicos e do Direito Internacional Humanitário (DIH): seres que ainda não estão completamente formados, que podem ser facilmente manipulados, que são forçados a cometer atrocidades, que deviam estar na escola e com suas famílias, e não vivendo guerras e cometendo violências de qualquer tipo contra quem quer que seja. De fato, em um mundo ideal nada disso deveria ocorrer. Entretanto, existem diferentes lados da história: o lado que elas se veem forçadas a cometer atos violentos e odeiam, e o lado que elas escolhem cometer aquilo para que possam sobreviver.

Então, quando as agências humanitárias olham para essas sociedades atingidas por conflitos, há três fatores que impedem de realmente conseguirem oferecer uma ajuda mais efetiva: 1) o olhar sobre como cada sociedade funciona de fato; 2) a pouca comunicação com agentes locais para entender a realidade e o dia a dia de cada grupo; 3) a mudança estrutural que precisa ocorrer no país para que os planos possam ser melhor implementados. Como demonstra Lee (2009, p. 30), esse discurso de inocência das crianças frequentemente entra em conflito com as normas locais, podendo vir a gerar algum ressentimento ou má comunicação entre as agências humanitárias e as comunidades. Um exemplo é a recuperação das crianças no processo de pós-desmobilização, que para a sociedade internacional a melhor forma pode ser uma terapia, mas para aquela comunidade específica o jeito de se recuperar dos traumas dos conflitos pode ser completamente diferente.

Como o DIH sempre assimilou as crianças à imagem de inocência e vitimismo baseada nos princípios da Convenção dos Direitos da Criança (CDC, 1989) que são seguidos até os dias de hoje, essa é a visão mundial comum que se tem de todas as pessoas menores de 18 anos (de acordo com a definição do que é ser criança na CDC) (Lee, 2009, p. 31). O problema da defesa desse argumento é que ele ignora completamente a questão da agencialidade das crianças, justamente por olhar para elas apenas como vítimas. Entretanto, a realidade é mais complexa do que foi estabelecida na CDC e em outros tratados internacionais que buscam proteger os direitos delas. Essa é uma visão ocidental perante uma realidade diferente, visto a multiplicidade das comunidades, especificamente congolenses. No ocidente é muito comum que

os filhos e filhas tenham assistência da família até pelo menos os 18 anos, onde é possível que se dediquem somente aos estudos até que chegue a hora de iniciar a vida profissional. Porém, em várias sociedades ao redor do mundo, especialmente africanas, é comum que desde muito cedo as crianças já ajudem em casa com tarefas rotineiras, além de trabalhos que exigem esforço físico. É esperado delas que comecem a trabalhar e assumir responsabilidades sociais logo cedo na vida (Honwana & De Boeck, 2005, p. 4).

Portanto, é comum que auxiliem em todas as atividades regulares da casa e do trabalho. Esse argumento já mostra a realidade diferente do que é apresentado nos tratados internacionais e que não atende à realidade de todos os jovens de até 18 anos do mundo. O discurso humanitário universal coloca como um crime absurdo o recrutamento de menores de 18 anos, e uma violação universal dos direitos humanos pode ir contra o entendimento local das crianças/jovens e suas funções e responsabilidades a nível local. O que é considerada uma “infância normal” a nível global, dentro da visão humanitária, é frequentemente distante da realidade (Lee, 2009, pp. 14-21). Os rituais de passagem criança-adolescência-vida adulta existem e não tendem a ser baseados em uma idade cronológica fixa, como é nos países ocidentais, que há uma idade padrão para se realizar tais feitos. Os treinamentos militares e a postura que têm que assumir, por exemplo, podem e têm sido considerados como um ritual de passagem para a vida adulta, especialmente em tempos de guerra (Trenholm, 2013, p. 222). Tendo assumido este papel, ao retornarem para a sociedade, já não serão consideradas crianças (antes provavelmente também já não eram, devido a funções que tinham que cumprir dentro das comunidades, mas agora em um nível diferente).

De acordo com Elliott e Segal (2012, p. 246), não se pode acreditar na visão generalizada de que meninos são sempre possíveis perpetradores, “fontes de ameaça”, e as meninas sendo apenas vítimas. Isso porque elas também podem passar a acreditar, a ser ensinadas a utilizar de mecanismos para tentar obter algum benefício – muitas vezes bens básicos, como alimento, ou um telefone. É uma situação que também precisa de dedicação especial dos protetores dos seus direitos, para que elas não se coloquem em risco ou acreditem que esta é a única maneira de conseguirem o que precisam.

Dentro dessa análise, é possível compreender melhor porque as meninas tomam determinadas atitudes e escolhas, em busca de proteger a si mesmas e às suas famílias (Utas, 2005, p. 426). Por exemplo, ser namorada ou esposa de alguém, principalmente de alto escalão, poderia garantir bens, como segurança, alimentação, às vezes proteção das suas famílias (ou

pelo menos essa promessa). Ou seja, enquanto há mulheres que são capturadas e forçadas a se juntarem aos rebeldes, elas também se juntam como esposas ou namoradas como uma medida de proteção para si e para suas famílias, além de outras motivações (como a busca por bens roubados, também podem compeli-las a ir para a linha de frente com os respectivos companheiros) (Utas, 2005, p. 409).

Entretanto, dificilmente os comandantes terão apenas uma namorada ou esposa, a chance maior é de que haja várias e, mesmo entre elas, há competição para que possam continuar, de certo modo, a estarem protegidas. Essa é a história de Bintu, entrevistada por Utas (2005, p. 424), que tinha namorados e maridos (às vezes até simultaneamente) que mesmo ela não gostava, mas que sabia que era necessário para que fosse respeitada e protegida (pelo menos dos outros soldados e comandantes, mas isso não significava que ela e outras meninas na mesma situação também não sofressem abusos de tais companheiros). Como é também parte de uma minoria identitária, precisava criar recursos para que não fosse perseguida ou até assassinada por estar fora do território de sua origem, e esse era um deles. Em um dos seus relatos, ela disse: “você tinha a sua família, eles não tinham comida. Se você não tivesse um relacionamento com um comandante, como a sua família sobreviveria?” (Utas, 2005, p. 416). A história de Bintu é um exemplo de posições que às vezes as crianças têm que assumir, chegando a se relacionar contra sua vontade com comandantes para garantir sua sobrevivência e porque havia promessa de ajudar a sua família se ela assim fizesse.

1.4 As crianças-soldado

É de conhecimento geral que em vários contextos de guerra são recrutadas crianças como soldados e que isso gerou e continua a gerar uma necessidade de se estudar o tema. As definições acadêmicas de crianças-soldado e os motivos pelos quais são recrutadas são variadas e complexas, enquanto que para organizações internacionais se trata de um fenômeno bem delimitado: a de que as crianças são vítimas completas e seres inocentes até, minimamente, os seus 18 anos. Como diz Martins (2011, p. 437), nunca há possibilidade de agencialidade ou tática por parte das crianças, porque quando essas cometem crimes de guerra o que acontece é que são omitidos da divulgação global ou utilizam do argumento de que foram manipuladas de alguma forma.

Sobre os motivos de recrutamento, diversos acadêmicos partilham a visão de que elas são escolhidas “por serem obedientes, vulneráveis e maleáveis”, não tendo ainda seus códigos morais plenamente formados, ou seja, podem ser manipuladas com facilidade (Frisso, p. 89,

2012). Então, assim como os adultos, podem ser capazes de violar os direitos humanos e o Direito Internacional Humanitário. Em concordância com isso, Morales (2008, p. 1), completa dizendo que o medo de sofrer alguma violência, seja ela estupro, abusos sexuais e mesmo a morte, as automatiza a obedecerem a ordens. Por elas, em sua maioria, não receberem pagamentos e se alimentarem menos do que os adultos, economicamente falando elas representam vantagem para os recrutadores. Faulkner (2019, pp. 2-3) diz que de acordo com os modelos atuais da guerra civil, elas são economicamente viáveis e leais – lealdade essa sendo em razão de não terem outras pessoas com quem contar, criando então algum tipo de laço afetivo com comandantes ou outros soldados. A proliferação de armas pequenas e a facilidade que as crianças têm de carrega-las também pode ser vantagem para aqueles que as recrutam.

Essa também é a visão do Representante Especial do Secretário-Geral sobre crianças e conflitos armados, pois em uma sessão de perguntas e respostas foi indagado sobre o recrutamento de crianças e como os conflitos as afetam de formas diferentes:

Crianças estão mais vulneráveis às novas táticas de guerra, a ausência de campos de batalha visíveis, o uso de táticas de violência extrema, o crescente número e diversidade de grupos armados que aumentam a complexidade dos conflitos e mirar em lugares seguros como escolas e hospitais (Children and Armed Conflict, 2019).

Honwana (2006) então questiona: por que as crianças são utilizadas nas guerras como soldados? Ela defende que exércitos de crianças não foram criados ao acaso ou por falta de mão de obra, e não por causa da fácil doutrinação, e sim porque é parte de uma estratégia de guerra compartilhada nas linhas de combate e zonas de guerra ao redor do mundo – ou seja, não foi um incidente aleatório. De acordo com ela, o recrutamento de crianças para a vida militar representa uma ruptura da continuidade histórica, uma perturbação da ordem social e uma violação de normas morais. Sendo uma crise do estado pós-colonial em África, cria as condições básicas para que nasça o fenômeno das crianças-soldado (pp. 44-45).

Essa crise une-se a tensões étnicas, divisões de poder, identidade e acesso a recursos, a intensa migração do campo para a cidade, a falta de oportunidades de trabalhos, todas essas questões influenciam no desenvolvimento de conflitos armados e mais grupos armados, nos quais as crianças e jovens são inseridos. Uma noção importante que Honwana (2006, p. 47) traz é que:

o Direito Internacional Humanitário e as noções locais de infância determinam a forma que é entendido o fenômeno das crianças-soldado atualmente, e reconhecer que o DIH é

incapaz de proteger as crianças da guerra e prevenir o seu recrutamento chama atenção para a necessidade de uma revisão das noções de infância definidas nos acordos e a capacidade real de aplica-los, devido aos diferentes contextos socioeconômicos e contextos culturais nos quais as leis foram feitas e locais onde acontecem os conflitos. O caminho a se seguir é reforçar as normas e sistemas de valor para proteger as crianças baseados nas tradições locais.

Entretanto Trenholm (2013, p. 205) chegou a outra conclusão. Entrevistou 12 ex-crianças-soldado e baseado nas trocas que teve com eles, defende a visão de que elas são facilmente manipuladas, drogadas e inseridas nos meios de guerra. Pela pobreza ou por estarem sozinhas, são atraídas com a ideia de pertencer a algum lugar e ganhar algo em troca (geralmente alimentos, roupas, lugar para viver). As crianças podem funcionar como bens comercializáveis (*commodities*), apoiando a economia política da violência. Muitas podem se juntar por motivos políticos, sociais, econômicos, ou então, sobrevivência. O que as faz obedecer seriam as ameaças de espancamento e de morte, além de terem sido submetidos à fome, uso de drogas e privação de sono. De acordo com os meninos entrevistados, trata-se de “matar ou ser morto”. A pobreza é um dos fatores mais reportados como motivo para alistamento, mas somente ao entrarem para essa vida é que se deparam com a realidade. O que veem de fora é que os soldados recebem dinheiro ou outras formas de pagamento, o qual eles também têm precisam, então, a princípio, parece algo que irá gerar um retorno positivo, como poder ajudar as suas famílias e elas próprias a não passarem necessidades (pp. 211-212).

Uma questão muito significativa e interessante de se observar é que, das ex-crianças-soldado entrevistadas, não houve nenhuma referência a ideologias de nacionalidade, apenas a guerra e outras formas de violência. O inimigo a quem eles se referiam era raramente uma pessoa, era como se a sua luta fosse contra a fome e a pobreza do que direcionada a alguém específico. Como elas também transitaram entre diferentes grupos armados simultaneamente, era como se lutassem sempre por um mesmo motivo, mas com pessoas diferentes (Trenholm, 2013, p. 222). Reafirmando isso, Faulkner (2019, p. 3) diz que muitas crianças-soldado lutam pelos benefícios que podem ganhar ao invés de ser pela causa – geralmente dinheiro ou uma promessa de proteção para si mesmo e/ou para suas famílias.

As ex-crianças-soldado contaram como não podiam demonstrar que tinham medo, tendo que aprender a parecerem intocados ao testemunharem eventos violentos, caso contrário corriam altos riscos de serem mortos – ou então diziam as ameaças dos seus superiores. Aprender a não demonstrar emoções era questão de sobrevivência. Deram o exemplo de estupro

coletivo, no qual eram obrigados a participar, pois o grupo todo estava envolvido, então se tornava uma obrigação, caso contrário, poderiam ser mortos. Isso é um exemplo de como eram as tentativas de criar uma “masculinidade militarizada”: estereótipos rígidos de comportamentos hiper masculinizados como promoção da dominação através da violação sexual e do “outro” subordinado (Trenholm, 2013, pp. 203-214). Esse poderia ser um momento em que as crianças poderiam fazer uso da agencialidade tática, que seria fingir desmaio, ou que estava passando mal, para evitar de ter que cometer uma ação que é contra a sua vontade (Honwana & De Boeck, 2005, pp.32-33). Entretanto, um dos meninos entrevistados relatou que não havia possibilidade de refletir, porque o pensamento de um soldado era reduzido à sobrevivência, que englobava apenas comer, beber, matar ou ser morto – apenas estas três ideias (Trenholm, 2013, p. 215).

Singer (2006) fala que as crianças que são recrutadas forçosamente são geralmente de grupos de risco: crianças de rua, rurais, refugiadas e deslocadas internamente. As que se alistam “voluntariamente” frequentemente pertencem aos mesmos grupos, incentivadas a fazê-lo pela pobreza, propaganda e alienação (o que pode ser considerado violência psicológica). A pobreza juntamente com a normalização da violência pode ser um incentivo para a busca por algum tipo de controle sobre suas vidas e as situações que enfrentam e também a se juntar a grupos armados em busca de proteção. A gravidade da situação é que começam a se repetir ciclos de violência que colocam as crianças em ainda maior risco, seja de sofrerem os diversos tipos de violência, seja de as cometerem por serem forçadas ou por sentir que aquilo pode trazer algum senso de justiça (p. 45).

O recrutamento voluntário não é real. É induzido às crianças a acreditarem que precisam daquilo, que de alguma forma, estar em meios a grupos armados lhes pode ser favorável em algum sentido, no contexto de violência estrutural em que elas estão inseridas, que as faz ter que tomar esse tipo de decisão acreditando que encontrarão o apoio de que necessitam e muitas vezes não têm, seja por qual motivo for (serem órfãs, crianças de rua, expulsas de casa). Todos os casos em que elas estão em situação mais fragilizada do que já de fato é. Singer (2006, p. 62), traz o depoimento de uma criança-soldado que tinha entre 9 e 15 anos que demonstra essa situação:

Mas como pode uma criança se voluntariar? Porque se eu me voluntario, talvez eu não saiba o que estou fazendo, mas você, adulto, deveria saber. E você deveria me impedir de voluntariar para ser soldado. Não era minha escolha. Não era a escolha que eu tinha, me tornar soldado.

O processo de cada criança ao ser recrutada e cometer atos violentos é diferente, chegando a ser uma lavagem cerebral, considerando que são muitos os que acreditam que aquelas informações são verdadeiras, e com todas as condições do momento (consumo de álcool e drogas), não há dúvidas de que o discernimento é confuso. Por mais que não quisessem fazer aquilo, só depois é que conseguiam recuperar consciência e se arrepender pelos seus feitos (Trenholm, 2013, p. 215). Há que se ter em conta que elas estão tensas e sob muita pressão. Esse é o conceito aplicado de violência psicológica de Galtung (1969, p. 169), que é muito do que as crianças-soldado passam, pois para que realizem os atos (principalmente os cruéis), os comandantes e soldados as colocam sob vários tipos de pressão e torturas mentais. Pensar no futuro não era real dentro do dia a dia de uma criança-soldado (Trenholm, 2013, p. 216):

Eu estou vivo agora, mas talvez amanhã eu vá para uma luta e seja morto, então você não se importa com essas coisas [o futuro]. Aqueles que podem pensar na vida futura são os que saíram do grupo armado. Aqueles que ainda estão aqui... não podem pensar no amanhã.

Isso inclui todas as atitudes, inclusive o estupro, considerado uma atividade comum e normal dentro da zona do conflito, podendo ser usado também como um meio de se sentirem mais confiantes, a lidar com a ansiedade e com o medo. As crianças relataram também que, por vingança, cometiam o ato conscientemente de estarem passando o vírus HIV, como se aquilo de algum modo compensasse por terem sido contaminados em primeiro lugar. Não serem pagos levava ao roubo que levava à violação das meninas, estar com raiva ou terem sido derrotados também. Era como um mecanismo de fuga (Trenholm, 2013, pp. 216-217). Atenção que essas são consequências, em base, da violência estrutural – as crianças passam por processos, frequentemente psicológicos, nos quais podem ser levadas a acreditar que este tipo de ação pode ser benéfico, de algum modo, quando o que os comandantes e soldados querem é “prepará-las” para que elas os obedeçam.

Esse tópico levanta a questão das identidades: há um consenso geral de que a identidade é o princípio da personalidade, e a identidade é socialmente construída através do ambiente no qual vive, influenciada pelas pessoas, lugares e materiais. São múltiplas realidades que são co-criadas e recriadas continuamente através de práticas escritas, discursivas e sociais. Trenholm (2013, p. 219) descreve as identidades como fluidas e não fixas a um determinado grupo, sendo produzidas em um contexto cultural pelos indivíduos através do uso do poder e dos conhecimentos. Ou seja, cada criança vai interpretar e viver o que lhes é passado de uma forma diferente, dependendo da interpretação e de como aquilo lhes foi passado, dentro do contexto

cultural ao qual estão inseridas. São posições subjetivas produzidas através dos discursos dinâmicos. Por isso varia tanto o modo como cada criança vivencia a vida de soldado – pode ser que umas identifiquem que não querem aquilo e cada passo que dão é contra sua vontade; mas pode ser também que aquilo possa passar a fazer sentido para elas porque é como aprenderam que deve ser feito, entrando em um modo automatizado; ou pode ser ainda que aquilo faça sentido para elas de acordo com o que elas viveram (como as que sentem que precisam buscar vingança por diversos motivos, seja pais assassinados, ter contraído alguma doença por ter sofrido violência sexual, entre outros).

As múltiplas identidades que elas assumem permitem-lhes agir de modo que consigam alguns benefícios ou ganhos, pois precisam aprender a lidar com as situações e as pessoas envolvidas para que consigam exercer essa agencialidade tática. Portanto, quando saem das milícias/exércitos, o tempo passou e eles não adquiriram nada que pudesse contribuir para a sociedade, como trabalhos, habilidades, estudos, casa, família, alimentação. Mesmo a arma, que era o que gerava algum sentimento de poder, não existe mais (Honwana, 2006, p. 73). Isso também pode ser um gatilho para que elas retornem para os grupos após desmobilizados.

Uma dessas identidades que os meninos-soldado tem que assumir, relacionada à “masculinização militarizada” tem imensas consequências para as meninas, que são as principais vítimas da violência sexual. Isso porque a violência de gênero é dirigida diretamente contra meninas e mulheres de todas as culturas e classes econômica-sociais em sociedades dominadas por homens. É o que explica Bartolomei (2012, p. 524), reforçando que as mais pobres têm maiores chances de sofrerem essas violências, como a sexual, pois são vistas como “alvos fáceis” e mais acessíveis e vulneráveis, sem meios de se defender, especialmente em locais dominados pelo conflito. Em situações de vida e morte, as meninas-soldado frequentemente se veem em posições de abuso dos seus próprios corpos para que não sejam mortas. O estupro acaba por ser uma “conquista” de uma identidade guerreira masculina e uma objetificação da mulher cujo único fim era o sexo, conseqüentemente sendo feito em qualquer mulher que estivesse desprotegida, não importando o que elas tinham, identidade ou afinidade política com aqueles perpetradores. O que eles queriam, de fato, era apenas se aproveitar do momento, da situação, e daquelas meninas e mulheres que eles viam como disponíveis. Elas não podiam negar, eram forçadas. Apenas não realizavam tal ato se o namorado ou marido tivesse um cargo mais alto do que o dele, talvez, mas em respeito a ele e não à mulher (Utas, 2005, pp. 418-425).

Utas (2005) critica que grande parte dos teóricos contemporâneos automaticamente assumem que todas as mulheres, ou pelo menos as mães, são contra a guerra, mas há imagens de autoridade femininas e empoderamento e essas geram um contraste às posições de fragilidade nas quais a maior parte das meninas se encontram (pp. 405-406). Um exemplo a ser citado é a Black Diamond, da Libéria. Tinha 18 anos quando seus pais foram assassinados e sofreu estupro coletivo. Decidiu que aquilo não passaria impune – nem por ela, nem por todas as outras meninas e mulheres que passam por isso – e se juntou a um grupo rebelde para lutar contra os violadores, logo após fundando o seu próprio grupo apenas de mulheres para cumprir este mesmo objetivo, e quando a guerra acabou, largou aquela posição e quis voltar para os estudos. Muitas das mulheres ali presentes também eram sobreviventes de abusos sexuais e julgaram que assumir aquele papel era a melhor forma, naquele momento, de se protegerem contra futuros estupros, e também protegendo outras meninas e mulheres. Ficou conhecida pela sua firmeza, agressividade e rapidez em agir, mas diz, entretanto, ainda se sentir assombrada pelos horrores que viveu (Taylor, 2012).

A história de Black Diamond pode ser um exemplo de agencialidade, no qual as partes escolheram estar envolvidas em busca do que julgaram ser um bem maior: evitar sofrer e que outras meninas e mulheres também sofressem violações e abusos sexuais, pelo menos dentro deste período de guerra. No ocidente o que se espera é uma oposição binária: mulheres pacíficas versus homens violentos e agressivos, assim como se pensa em crianças como vítimas e adultos como perpetradores (Utas, 2005, p. 405).

As consequências da violência e da agencialidade afetam negativamente a vida das crianças-soldado, que tem enfrentado declínios no seu bem-estar e avanço social. Isso faz com que sejam também marginalizadas nas políticas nacionais do Estado, ocupando uma posição legal fraca, que não é considerada. Ainda estão presentes em altos números nos grupos armados e milícias, envolvendo-se em atividades criminais, perdendo oportunidades de estudo, emprego, enfrentando problemas de saúde, pobreza, crises na família (Abbink, 2005, p.1). Ou seja, ao invés de se inserirem mais na sociedade, acabam por se excluïrem, devido à ausência nos importantes meios que começam a existir e dar mais voz e autonomia para a juventude como um todo.

1.5 Crianças de rua e crianças feitiçeiras: violência para além da guerra e da paz

Além das crianças-soldado, há outras formas de violências às quais as crianças podem estar submetidas. Algumas delas são se tornarem crianças de rua e serem acusadas de feitiçaria

(ou acontecerem separadamente), frequentemente por suas próprias famílias. Então qual é a relação entre essas três formas de violência para com as crianças congoleesas?

Recentemente as crianças de rua têm estado em maior presença nas cidades congoleesas. Isso porque muitas foram forçadas a essa vida, por terem sido expulsas de casa por suas famílias sob acusação de feitiçaria. Crianças entre 4 e 18 anos estão sendo acusadas de causar azar, infortúnios, doenças e mesmo mortes de outras crianças e adultos da família e da comunidade de um modo geral (De Boeck, 2018, p. 6).

Isso se dá por conta de tensões que podem aparecer no meio familiar, como por exemplo terem sido criados por tios, avós, primos ou parentes distantes porque os pais morreram ou tiveram que migrar por fatores econômicos, guerra, instabilidade política. Essas mudanças em um ambiente sociocultural de relações de parentesco geram tensões, abrindo um espaço no qual surgem as acusações, entre os adultos e crianças que estão sob seus cuidados. Ou seja, elas acabam sendo consideradas culpadas e de repente se veem sem lar, sem família. Quando a criança acaba por ir para a família de um parente distante (como por exemplo a esposa do tio), há relações complexas de rivalidade, e ela pode ser encarada apenas como mais uma pessoa para alimentar. Essas que têm uma fraca posição dentro do contexto familiar têm mais chance de serem apontadas como feiticeiras, principalmente se ela apresenta alguma deficiência física ou doença mental por conta do seu comportamento (De Boeck, 2018, pp. 6-7).

As crianças de rua correm grande risco de recrutamento também, pois muitas vezes não têm família, nem acesso à escola, estando ali como alvos fáceis para milícias e grupos armados. Dois jovens repórteres de Kinshasa estavam investigando o porquê de muitas crianças não irem às escolas, e parte disso foi entrevistar crianças de rua, e chegaram à conclusão de que o que todas elas têm em comum é querer começar e/ou retornar para a escola, para aprender, para se desenvolver e terem chances de sucesso no futuro. Relataram ter ficado impressionadas com o modo delas de ser, pois esperavam que fossem mais agressivas, violentas, mas pelo contrário, encontraram pessoas que compartilham dos mesmos sonhos e vontades (Pona Bana, 2019d).

Embora seja proibido recrutar crianças e não há relatos de que as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) façam isso desde 2017, ainda existem grupos armados ilegais que têm ligação direta com o exército nacional que realizam o recrutamento, forçando as crianças a servirem como carregadores, e principalmente as meninas (mas não somente) como esposas e abusadas sexualmente. Os meninos também sofrem violência sexual, mas em menor número. Crianças de rua, como as demonstradas no documentário “*From War*

to Witches”, também podem ser forçadas a se envolver no tráfico de drogas e sofrer abusos sexuais e estupro. Essas crianças encontram muita dificuldade de se recuperar do estigma e do trauma, prejudicando suas vidas pessoais, estudantis e profissionais, por exemplo, pois sem o estudo, sem cursos técnicos de formação, as oportunidades de se inserirem na sociedade se tornam mais escassas. Isso interfere diretamente nas vidas das futuras gerações e no que poderão oferecer para a sociedade, além de para si mesmas viverem com medo e em sofrimento causado pelos traumas, que viveram e que cometeram, além da chance de que pode ocorrer novamente que sejam recrutadas (JICA, 2017, p. 17).

Adentrando a questão da violência sexual, as meninas (em quantidade muito maior do que os meninos) são as vítimas em maior número. Para poder entender melhor qual papel cumprem as meninas, é preciso primeiramente fazer uma breve análise dos tipos de violência sexual que elas podem sofrer. Kasherwa e Twikirize (2018) trazem o conceito de abuso sexual ritualístico contra crianças¹ (RCSA), os quais utilizam o conceito de Lanning (1992, p. 2) para explicar que RCSA “é definida como qualquer forma de maus-tratos sexualmente orientados de uma criança ou grupo de crianças com base em crenças supersticiosas, práticas sobrenaturais e mágicas, ocorrendo de forma sistemática.”.

Como há muitos e variados tipos de crenças na RDC (desde a igreja, até cultos mais tradicionais), assim como demonstrado no documentário “*From War to Witches*”, há também algo que tem se espalhado e fortalecido nas últimas décadas, que é a violência sexual contra crianças, principalmente meninas virgens, por acreditarem que isso pode lhes fortalecer ou lhes tornar invencíveis. A exemplo do trazido por Kasherwa e Twikirize (2018, p.3), algumas crenças comuns são que estuprar uma virgem pode fortalecer os feitiços de proteção, curar o HIV/AIDS e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), que pode prover poder econômico e financeiro. Além de cidadãos comuns, foram reportados muitos casos em que eram milicianos, ex-combatentes e cidadãos também armados a cometer os crimes. Tornou-se algo comum dentro dos grupos armados pela crença em rituais mágicos, como no documentário “*On the Front Lines*”, onde mostra as crianças passando líquidos pelo corpo e carregando amuletos no pescoço ou cintura (chamados de *gris-gris*), por acreditarem que aquilo lhes traria proteção nas batalhas, como não ser atingidos por armas de fogo ou machados, por exemplo, adquirindo poderes nos quais eles seriam invisíveis para os inimigos.

¹ *Ritualisc child sexual abuse.*

Essa é uma prática inaceitável socialmente, legalmente e culturalmente, ou seja, é uma prática criminal. Não se pode generalizar este conhecimento devido à multiplicidade de culturas, mas é uma das realidades existentes. Por ser de uma imensa complexidade e não o foco da pesquisa, não será aprofundada a questão das crenças e religiões, e sim apenas traze-la, neste momento, como fato por ser relevante para o estudo em questão (Kasherwa & Twikizire, 2018, pp. 2-5).

Outro exemplo de como se acredita em soluções mágicas, a exemplo das ex-crianças-soldado entrevistadas por Trenholm (2013, p. 213): os meninos tomavam medicinas indígenas para ajudar a lidar com a ansiedade antes de lutarem ou antes de qualquer situação que os deixassem nervosos, e serviam também para ajudar a curar os traumas. Essa medicina era preparada por um indígena com elementos da natureza, como insetos, folhas e sementes, e carregada junto ao peito em um colar para ser bebida nos momentos específicos. Entretanto, havia regras para utiliza-la: uma vez que era ingerida, não podiam roubar nem violar. Era como um guia para agir causando o mínimo de dano possível em troca de ter segurança nas batalhas e a cura dos traumas após os acontecimentos.

A ligação disso com as crianças-soldado é que, assim como com elas, essas crianças vítimas desse tipo de violência não têm assistência especificamente para elas. Ou seja, todas as agencialidades e centros de recuperação são voltadas de modo geral para todas as vítimas de violência sexual (de RCSA ou outra). Entretanto, as crianças têm necessidades especiais que precisam ser ouvidas e levadas em consideração no preparo destes locais e dos profissionais que irão atendê-las, para que elas possam ser acolhidas e receber o tratamento adequado de acordo com o perfil delas.

Além da RCSA, há também os abusos e violações fora dessa crença, como é o caso de Rachel, que hoje tem 20 anos, mas conta que foi abduzida ao retornar do mercado por membros de milícia *Mai-Mai Simba*² e forçada a tirar vidas, a trabalhar como espiã, a carregar bagagens pesadas e ainda ter sido violentada. Aos 15 foi mãe, e fugiu na esperança de conseguir viver uma vida diferente. Foi acolhida por uma senhora em uma vila, que com sua ajuda, conseguiu reencontrar sua família 2 anos depois (Pona Bana, 2018). Entretanto, muitas meninas não têm essa sorte.

Mais uma complicação para a questão da violência sexual é que, mesmo que um dia acabem todas as milícias e grupos armados na RDC, as meninas continuariam sendo alvos dela,

² É um termo para grupos armados nacionalistas desde a independência em 1960. (Suluhu, n.d.)

por pessoas das comunidades ou em posições de autoridade. Isso porque a violência não precisa desses grupos nem da guerra ou conflitos para existir, ela pode ser perpetrada por outros e fora de um conflito ativo, pois acontece no dia a dia. Não pode existir impunidade no julgamento e sentença dos perpetradores desse crime. É preciso que sejam reforçadas todas as leis de proteção existentes, a política de tolerância zero contra a violência sexual, principalmente a nível local em toda a hierarquia de autoridades, além de inserir mais mulheres treinadas também no sistema judiciário (Nelson et al., p. 220, 2011).

Essas ações não terão resultado se as vítimas da violência sexual e suas famílias não tiverem conhecimentos das leis e dos seus direitos – inclusive de proteção, tratamento que elas podem buscar, colocar os perpetradores na justiça, realizar denúncias. Então essas leis precisam ser bem disseminadas, haver um investimento para que haja palestras e treinamentos, por exemplo, nas comunidades, para que as pessoas, e mesmo as meninas, desde cedo, possam se informar e ter uma direção de como agir e o que fazer neste caso, empoderando-se. Assim, é possível também ouvir o que elas têm a dizer e juntas desenvolver soluções para educação, prevenção, tratamentos para possíveis doenças sexualmente transmissíveis e encaminhamento dos violadores (Nelson et al., p. 221, 2011).

A violência sexual é utilizada como um meio de diminuição de todos os envolvidos: os que sofrem a violência, as respectivas famílias e os que lutam para tentar pôr um fim. Além dos traumas causados, tem profundas consequências: as gravidezes, doenças, alta taxa de mortalidade (seja durante o ato, no parto, ou na tentativa de um aborto) e ainda a rejeição que as meninas podem enfrentar quando retornarem para as suas comunidades, seja por terem sido violentadas, seja por terem filhos. Então, de acordo com Pureza e Moura (2005, p. 17):

A violência sexual sistemática constitui uma arma e um objetivo de guerra, especialmente em conflitos étnicos. A violação é utilizada como ato de humilhação contra as mulheres e contra os homens, seus familiares e das suas comunidades. A estratégia segue a mesma lógica, a de desumanizar, humilhar e, acima de tudo, desmasculinizar o grupo de protetores que não se consegue proteger a si mesmo ou aos seus desprotegidos(as).

Por questões culturais, é comum que as meninas não sejam enviadas para estudar como os meninos – ou se são enviadas, iniciam muito tardiamente. Essa é a história de vida de Shukuru, uma menina de 13 anos que só pôde começar a estudar aos 10 anos, enquanto os seus outros 5 irmãos começaram por volta dos 4 anos de idade. De acordo com ela, sua mãe dizia que ela cresceria e em breve se casaria e arrumaria sua própria casa, que para isso ela não precisava de ir à escola. Desde cedo, ela – por ser menina – é responsável pelas tarefas da casa,

como buscar água, cozinhar, lavar, ir ao mercado, e cuidados gerais com a casa, e isso não mudou agora que está estudando. Sente também discriminação na escola, pois não é respeitada pelos colegas rapazes que menosprezam a capacidade de Shukuru de realizar atividades intelectuais. Assim como ela, várias outras meninas se encontram na mesma situação, e possivelmente até piores, que não conseguem ir de modo algum à escola. Isso, além de prejudicar o futuro das meninas, possibilidades de se desenvolverem, ainda as coloca em grande risco de recrutamento e violências e abusos sexuais. Isso ilustra ainda uma grande discriminação por gênero (Pona Bana, 2019e).

Elie, 16 anos, uma jovem repórter de Kinshasa, confirma também a história de Shukuru, e traz também dados e fatos importantes: em 2014, 47% das crianças na escola primária eram meninas. Entretanto, quando chegam ao nível secundário, aos 12 anos, a quantidade de meninas que frequentam a escola cai drasticamente, isso porque é a época que, culturalmente, muitas famílias acreditam que elas já estão no momento de se preparar para casar, cuidar da casa, portanto, não veem necessidade que elas estudem, já que em breve elas estarão casadas e cuidando de filhos e outras funções que não envolvem atividades intelectuais. Sem o acesso à educação, as meninas estão mais suscetíveis à casarem-se cedo, conseqüentemente tendo filhos muito cedo também. Sendo assim, os homens continuam no “protagonismo” e as mulheres e meninas continuam restritas à vida de casa. São questões culturais³, repetidas já há muitas gerações, além de uma perpetuação da discriminação de gênero. Entretanto as próprias crianças sentem falta de oportunidades para se desenvolver, e também hoje com o acesso facilitado à internet, a realidade começa a mudar. O mesmo sobre a escola também vale para a universidade e para a profissionalização, como cursos de especialização, para que saibam como e onde se inserir no ambiente de trabalho. São muitos os desafios que enfrentam.

³ Seria o que Galtung (1990, p. 291) define como violência cultural, que é “qualquer aspecto de uma cultura que pode ser utilizada para legitimar a violência de forma direta ou estrutural.”

Capítulo 2 – Raízes históricas para compreender o presente

2.1 O conflito e a violência na RDC

Para ter uma visão mais clara da dimensão da RDC e da sua capacidade, é preciso passar por alguns dados gerais. O país possui, estimativamente, 81.339.988 (2017) de habitantes, dos quais, aproximadamente, 18.664.186 (2017) são meninas entre 0-14 anos e 18.981.664 são meninos entre 0-14 anos (The World Bank, 2019). A sua extensão de 2.3 milhões de quilômetros quadrados e os mais de 1.100 tipos de minerais e metais preciosos lhe provêm grande potencial. Entretanto, de acordo com o último censo da Organização das Nações Unidas sobre desenvolvimento humano, o *Human Development Index*, a RDC é o 176º país com o menor índice de desenvolvimento humano (IDH), em uma lista com 189 países (UNDP, 2018). Somado a isso, é um país considerado “não livre” pela *Freedom House*, entre elas por, ainda em 2019, continuar a recrutar crianças (Freedom House, 2019). Ou seja, com uma boa governança e estruturas sólidas, tem muito a oferecer à sua população, incluindo segurança e garantia de proteção dos seus direitos.

Contudo, apesar da sua imensa riqueza natural, o que impede a população de se beneficiar dessas riquezas é essa fraca governança, evidente pela má gestão na extração dos recursos (falta de controle ao acesso, permitindo que vários grupos armados e milícias dominem certas regiões e explorem pessoas para ali trabalhar, incluindo crianças), instituições fracas⁴, guerra e conflito. As instituições fortes devem ter capacidade de julgar os conflitos e as denúncias sobre os direitos da terra e recursos naturais, mas já há muitos anos que elas não são capazes de cumprir esses deveres, devido exatamente a essa má governança. Fortalecer essas instituições seria a chave para as mediações conflituosas (The World Bank, 2013, pp. IX- 3).

No contexto histórico, o período oficial de início dos conflitos na RDC começou com o genocídio de Ruanda em 1994, passando pela Primeira Guerra do Congo (1996-1997) e pela Segunda Guerra do Congo (1998-2003), que também ficou conhecida como Segunda Guerra Mundial Africana porque teve um saldo de quase 4 milhões de mortos, o segundo conflito mais violento da história depois da Segunda Guerra Mundial.

A origem desses conflitos se deu ainda à época da colonização. Desde 1878 a RDC (que à época foi nomeada pelo rei Leopoldo II de Estado Livre do Congo) era uma colônia belga, e somente em 1960 conquistou a sua independência, concomitante a outros países africanos. O

⁴ No que diz respeito ao bem-estar da população e não em relação ao exercício de poder militar, por exemplo.

cenário internacional era marcado pela Guerra Fria, e após 5 anos da independência e ainda sem uma forma organizada de governar o país, Joseph-Desirée Mobutu, Ministro de Defesa de Patrice Lumumba (Primeiro-Ministro), que era apoiado pelos EUA, por meio de um golpe assumiu o poder, iniciando uma ditadura de 32 anos onde não faltou violência, corrupção, roubos e milhões de mortes (Ramme, 2014). “Tratava-se de um Estado absolutista africano, um misto de Estado patrimonial e burocrático que girava em torno de uma monarquia presidencial com uma fachada democrática” (Silva, 2011, p. 75).

Mobutu elegeu pessoas não aptas para os cargos do país, gerando caos e corrupção, e o seu objetivo era enriquecer através da extração dos recursos naturais, o que aconteceu ao mesmo tempo que causou o aumento da dívida externa, inflação e o colapso das contas públicas. (Silva, 2013) Nos últimos anos do seu governo foi quando ocorreu o genocídio de Ruanda, que teve forte influência na RDC, pois milhões de hutus (maioria étnica que não era detentora do poder político) se refugiaram na RDC, fugindo dos hutus extremistas que queriam eliminar os tutsi (a minoria étnica mas que detinha este poder). Foram 800 mil mortes de tutsi entre abril e julho de 1994 (Kisangani, 2003). Após o fim do conflito, Uganda, Ruanda, Burundi e Angola uniram suas forças para tirar Mobutu do poder, unindo-se à Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo⁵ (AFDL), a coalização armada do guerrilheiro Laurent Kabila e assim, em 1997 cai Mobutu e Kabila sobe ao poder, autoproclamando-se como presidente (Silva, 2011). Essa rebelião resultou em 200 mil mortos e foi a chamada Primeira Guerra do Congo (Rake, 2001).

Todavia, Laurent Kabila seguiu governando o país com repressão, e com receio de que os países que o apoiaram a conquistar o poder interferissem no seu mandato, ordenou que essas forças armadas aliadas se retirassem imediatamente do território. Essa ação fez com que o apoio estrangeiro que tinha a sua coalização se transferisse para outros grupos, o que ocasionou a criação de outras milícias, gerando uma revolta “anti-Kabila”. Foi então que se iniciou a Segunda Guerra do Congo. Durante este período, o território congolês ficou partido em quatro zonas de poder, sendo que 3 eram milícias e a quarta era o governo central, que não tinha controle às outras áreas (Valenzola, 2013, p. 66).

Muitos desses atores não-estatais passaram a se multiplicar desde o início dos conflitos na RDC, e tanto durante quanto no fim, vários indivíduos e grupos começaram a se formar, em busca de algum tipo de conquista (de bens, terras) ou de vingança, por exemplo. Então, com

⁵ *Alliance des Forces Democratiques pour la Libération du Congo-Zaire.*

esse aumento de novos grupos armados e milícias, a violência passou a aumentar drasticamente, assim como os conflitos passaram a ser, em grande parte, regionais, criando essa fragmentação (Vlassenroot & Raemaekers, 2005, p. 5).

Em 1999, a assinatura do Acordo de Lusaka era para ter sido o fim da guerra, o que não aconteceu, mas resultou na resolução 1279 do Conselho de Segurança da ONU para a instalação da Missão das Nações Unidas do Congo (MONUC), uma missão de *peacekeeping* para observar o cumprimento do Acordo. Em 2001 o presidente foi assassinado, e interinamente o seu filho, Joseph Kabila, assumiu a presidência, onde permaneceu até o fim de 2018. Um ano após a morte de seu pai e a guerra ainda ocorrendo, em Sun City, na África do Sul, começaram reuniões para tentar instaurar um governo de transição, e em 2003 foi assinado o *Global and All Inclusive Agreement*, que deu por encerrada a Guerra Mundial Africana, pelo menos nos papéis, mas não na prática, porque as tensões que levaram à guerra em primeiro lugar continuaram existindo (Valenzola, 2013, pp. 66-67).

Após o fim da Segunda Guerra do Congo, houve esperança de que o país pudesse se estabilizar, com um novo presidente. Entretanto, novos tipos de dinâmicas começaram a acontecer no país (a exemplo de missões de *peace-building*), que frequentemente privilegiavam os centros urbanos e ignoravam ou não davam atenção suficiente para conflitos nas zonas rurais. Há muitas dessas zonas no país que não são de fácil acesso, mas onde pode haver muitas crianças em posse de algum grupo – então, essas acabam por perder chances de serem desmobilizadas. Um erro também grande foi e continua a ser, ignorar as mudanças nas sociedades a nível local.

De acordo com Vlassenroot e Raemaekers (2005, p.1):

Na maioria das regiões de conflito (...), a diminuição da competência do Estado e a formação de movimentos rebeldes e milícias (atores não-estatais que frequentemente se impõem sob os territórios grandes e as populações), abriram espaço para a formação de novos centros não-estatais de autoridade que se transformaram e introduziram novos modos de controle político, social e econômico.”

O recrutamento e as crianças atuando como soldados ficou visível a partir de 1996, quando a AFDL iniciou treinamentos militares com crianças, o que também foi feito (como se imagina que já estava) por outros grupos armados e milícias. Para as crianças, à época, vivendo em situações críticas, eram prometidas ganhar algum apoio financeiro, alimentos, e às vezes até proteção para as suas famílias. Estas, por vez, também enviavam seus filhos por acreditarem

que ali estariam melhor amparados, entretanto isso não se tornou realidade (Reyntjens, p. 314, 2001). No treinamento militar as crianças eram submetidas a intensos esforços físicos e psicológicos, como marchar, obedecer a ordens, utilizar armas – mas não recebiam alimentação apropriada, não tinham cuidados médicos e passavam por privação do sono (fazendo turnos, por exemplo, onde não podiam descansar). Isso levava a muitos falecimentos, obviamente, devido ao tratamento cruel ao qual eram submetidas (Amnesty International, 2003). Em 2001, James Kabarebe, que era um dos comandantes ruandeses que estava no território da RDC, em uma entrevista falou sobre as crianças-soldado (chamadas de *kadogos*), na qual ele dizia que este exército de jovens era o melhor exército de todos, porque era feito de jovens obedientes e disciplinados, mas que precisavam de mais supervisão e treinamento (Human Rights Watch, 2001).

Em 2006 ocorreram as primeiras eleições democráticas, e Joseph Kabila foi eleito (BBC, 2015). Na prática, suas ações não foram muito favoráveis, pois acabou fomentando o conflito. Kabila procurou alavancar a retirada das tropas dos países vizinhos da RDC, assim como seu pai o fez, tentando desmobilizar as milícias – um modo que encontrou de fazê-lo foi abrir espaço nas FARDC para que ex-milicianos atuassem a favor e não contra o seu governo ou tentando dominar mais áreas do país. Assim foi possível desmobilizar alguns grupos, mas eles já haviam se multiplicado e crescido intensamente, não só em número, mas também em ideologia, sendo capazes de marginalizar o Estado se quisessem. O que se passou de fato foi que ele assumiu o controle político legal do país, mas se viu obrigado a dividir esse poder com chefes milicianos (Valenzola, 2013, pp. 68-69). A partir deste momento, foram 17 anos no poder e muitas estratégias para alcançar os seus objetivos, mas como sempre, na história do país, muito pouco pelos civis, mesmo o básico estando em falta e as histórias de abusos, violações e conflitos que ainda não chegaram ao fim. Embora tenham havido acordos para oficializar o fim das guerras, os motivos que as causaram ainda existem, e são frutos da época da colonização.

Em dezembro de 2018, após muitos conflitos e instabilidades referentes ao processo eleitoral, foram realizadas novas eleições. Félix Tshisekedi foi o vencedor e sustenta o desafio de recuperar a estabilidade política e garantir a proteção dos direitos humanos. Com os motivos para conflito ainda presentes (especialmente busca por enriquecimento através dos recursos naturais e conflitos de instrumentalização étnica), é preciso empenho nas políticas existentes para proteger as crianças e direcionar os perpetradores dos crimes. Manifestou, em seu discurso de posse, estar comprometido com os direitos humanos e pediu para que todos respeitem a

Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), assegurando que todos os cidadãos tenham seus direitos fundamentais garantidos (Frère, 2019). Ademais, não fez ainda nenhuma menção formal específica sobre as crianças-soldado, meninas e crianças de rua.

A exemplo de conflitos que ainda ocorrem, em 28 de junho de 2019, em Ituri, uma das zonas onde tem havido conflitos ativos há décadas, aconteceram 117 mortes em 3 dias. Corpos foram encontrados sem as cabeças, casas foram derrubadas e queimadas – o que sugere que não queriam que as pessoas voltassem para as suas vilas. Entre os mortos, não foi confirmado o número de crianças e mulheres, que pertenciam à comunidade Hema, e os perpetradores foram identificados como sendo da comunidade Lendu. Ainda além de serem de comunidades diferentes, há desconfiança de que havia também motivos políticos e econômicos. Já faz 6 meses que ataques como esse vêm acontecendo, deixando várias pessoas mortas e vilas destruídas (OHCHR, 2019).

O presidente falou publicamente que essas mortes têm sido a tentativa da realização de um genocídio, para tentar desestabilizar o poder na capital. Isso o fez anunciar uma operação militar grande para combater as milícias, mas, entretanto, há também essas lutas entre as comunidades na região. As linhas de divisão se tornam confusas e esse tipo de missão pode não ser muito efetiva. Esse medo tem feito as pessoas saírem de suas casas, gerando o aumento do preço dos alimentos, o abandono dos seus plantios, o conseqüente aumento da fome e da vulnerabilidade principalmente de mulheres, crianças e idosos (Rodrigues, 2019). Com essa situação de instabilidade e violência, fica claro como o país ainda não é um lugar seguro para a população, especialmente para as crianças, que podem morrer, ser recrutadas ou atuar também dentro desses ataques e conflitos. Esse é o exemplo de apenas uma província, sendo que várias outras também possuem situações similares que as colocam em risco ou em papéis de perpetradoras.

Nessa mesma região, ocorreu, em maio de 2018, uma iniciativa entre os governantes da província e a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), a ideia de nascer uma campanha a fim de promover uma cultura de paz, sem prazo para terminar. A intenção é que dure até que o objetivo seja atingido. Vai ser cumprida através de uma sensibilização, ou seja, da mensagem ser passada para acabar com o ódio, a provocação, e manifestar uma coabitação e resolução pacíficas entre as diferentes comunidades do território (Kinshasa Times, 2018). Qualquer atitude que envolva negociações de paz e estabilidade reflete

na proteção das crianças. Pouco mais de 1 ano após a iniciativa é visível que ainda há muito o que fazer para que na prática ela seja efetiva.

Missões de emergência ocorrem com frequência para poder apoiar em situações críticas, a citar como exemplo uma realizada de janeiro a abril de 2019 pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho⁶ (IFRC), para assistir às pessoas afetadas pelos conflitos entre as etnias Nunu e Tendé, no território Yumbi, próximo à capital. Neste caso, as casas, propriedades e infraestruturas das comunidades foram destruídas, deixando as pessoas vivendo em campos de refugiados enquanto a situação ainda procurava se estabilizar – com lentidão e pouca ajuda das autoridades locais. Durante o período de um mês, entre maio e abril, mais de 200 mulheres, 300 homens e 13 crianças receberam auxílio psicossocial realizado por voluntários treinados localmente. Esse fato é importante ressaltar porque pelo treinamento ter sido feito localmente, por pessoas que também vivem aquela realidade, pode-se esperar um resultado muito mais efetivo e uma identificação das pessoas para com o tratamento, além de demonstrar respeito pelos costumes locais, de se preocupar em fazer com que as pessoas tenham o mais efetivo auxílio (ICRC, 2019).

2.2 As crianças e as crianças-soldado na RDC

Como já debatido e criticado no capítulo primeiro, o recrutamento de crianças se dá em um contexto de violência estrutural, onde as opções são escassas e não são reais. Essas visões são também limitadas na análise do que é ser criança, pois levam em consideração a definição comum da comunidade internacional de que criança é todo ser humano com menos de 18 anos, e não analisam as condições sociais e estruturais das comunidades. Sem essa análise, ignora-se uma parte essencial para que o cenário como um todo possa ser compreendido.

Dentro do escopo das Convenções e Protocolos internacionais, criança-soldado é considerada todo ser humano com menos de 18 anos forçado a atuar como soldado e/ou a desempenhar outros papéis de apoio a forças militares. A Conferência onde foi definido esse conceito foi a *Free Children from War*, que ocorreu em Paris em 2007, com o intuito de “pôr fim ao ilegítimo recrutamento e utilização de crianças em conflitos armados” (UNICEF, 2007, p. 7). Foram definidos princípios de proteção às crianças envolvidas com forças e grupos

⁶ *International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies.*

armados, chamados de “Princípios de Paris e Diretrizes sobre Crianças Associadas a Forças Armadas ou Grupos Armados”⁷, que é referência internacional na proteção às crianças.

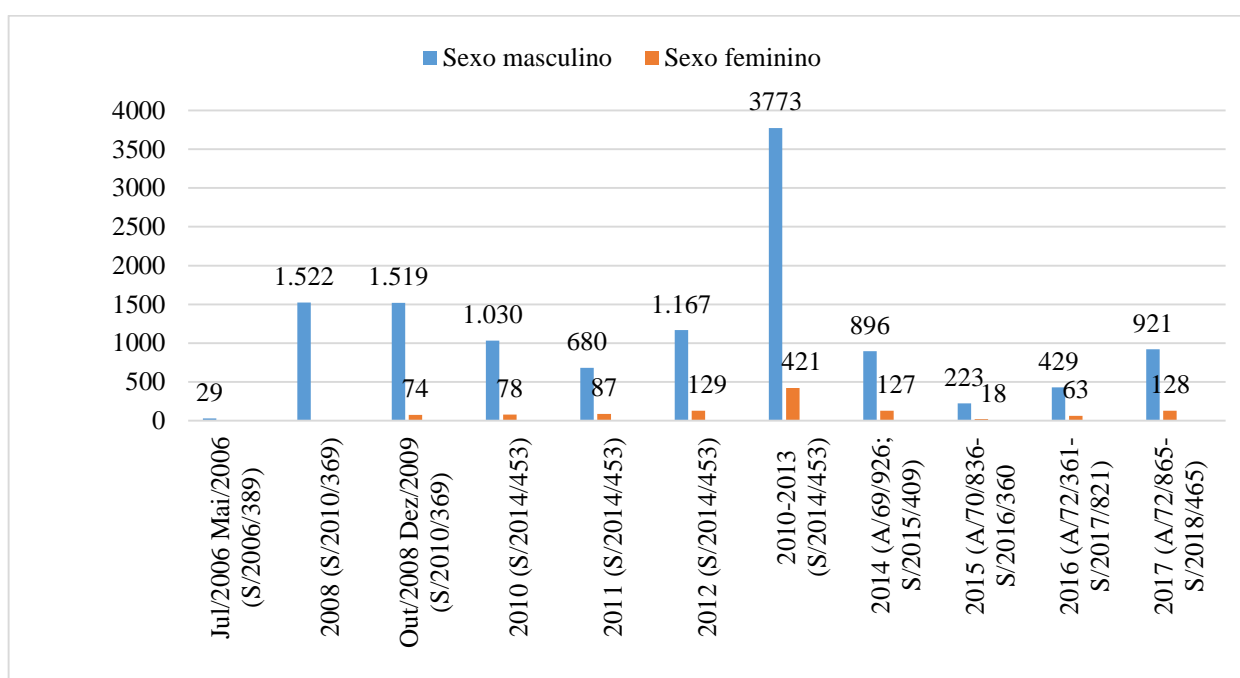
Os outros papéis que cumpririam essas pessoas mais jovens de 18 anos, de acordo com este encontro, no artigo 2.1, poderiam ser: uma criança associada às forças ou grupos armados se refere a:

Qualquer pessoa com menos de 18 anos que seja ou tenha sido recrutada ou usada pelas forças ou grupos armados em qualquer capacidade inclusive, entre outros, crianças, meninos e meninas usados como combatentes, cozinheiros, carregadores, mensageiros, espiões ou para fins sexuais. O termo não se refere somente a uma criança que esteja participando ou tenha participado diretamente nos confrontos (UNHCR, 2009).

Através da análise dos relatórios de 2005 a 2017 do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas sobre Crianças e Conflitos Armados, lançados anualmente desde 1999, foi possível ter conhecimento da quantidade de crianças que estiveram envolvidas nos conflitos armados, nomeadamente atuando como crianças-soldado na RDC. São disponibilizadas estatísticas sobre crianças que foram recrutadas, que foram mortas ou feridas, que sofreram violência sexual, crianças resgatadas, crianças que passaram pelo programa de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR), por exemplo. Por constrangimento de tempo, não foi possível coletar os mesmos dados sobre outros países africanos. Para facilitar a visualização, a partir de um gráfico montado com informações dos últimos 12 anos, foi atestada a seguinte estatística de crianças que foram recrutadas no Leste do país, onde há maior concentração dos conflitos, por grupos armados e exército:

⁷ *Paris Principles: Principles and guidelines on children associated with armed forces or armed groups.*

Figura 1. Crianças recrutadas por grupos armados e exército



Fonte: Relatórios de 2005 a 2017 do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas sobre Crianças e Conflitos Armados.

A intenção ao trazer o gráfico é ilustrar quantas crianças, meninos e meninas, foram recrutadas ao longo dos últimos anos e a oscilação dos dados. O número que se destaca no gráfico concerne às crianças recrutadas entre 2010 e 2013, por isso é notadamente maior do que os outros. É importante considerar que estes números são os que foram confirmados pelos agentes da ONU, mas podem existir ainda outras crianças que não foram documentadas. Pelo último dado no gráfico, de 2017, percebe-se um aumento no recrutamento em comparação a anos anteriores, devido a uma fragmentação dos grupos armados e trocas de alianças, levando diversas milícias a realizar o recrutamento forçado, e as Forças Armadas da República Democrática do Congo, exército do país, como uma das maiores causadoras de violação dos direitos das crianças e também de mortes. Apesar de já há alguns anos ter saído da lista oficial da ONU de recrutadores de crianças, ainda é responsável por severas violações dos seus direitos. Por exemplo, são responsáveis por um alto número de crianças mortas e feridas (20 em 2016, 154 em 2017) e perpetradores de abuso sexual contra meninos e meninas (64 em 2016, 44 em 2017), enquanto a Polícia Nacional foi responsável por 4 mortes em 2016 e 4 em 2017, além de 12 casos de abuso sexual em 2016 e 15 em 2017 (U.N., 2018, p. 10; U.N., 2017, pp. 10-11).

Dentre as violações listadas, estão o recrutamento, mortas e feridas, estupro e outras formas de violência sexual, ataques à escolas e hospitais e abdução. Os grupos armados ativos foram registrados por cometer várias delas, ou todas (U.N., 2018, p. 38). Ainda de acordo com o relatório com os dados de 2017, mais de 8 mil crianças que foram liberadas nos últimos anos ainda não receberam suporte socioeconômico básico para que pudessem ser reintegradas, confirmando o que dizem os estudos sobre como é prejudicial às crianças a falta de acesso a programas de reintegração de longo termo, por ficarem especialmente vulneráveis à estigmatização, mal tratamento e chance de serem novamente recrutadas (U.N., 2018, p. 4).

Em 2016, foram presos 15 membros das FARDC e 5 da Polícia Nacional Congoleza por conta de recrutamento e uso de crianças, e 41 indivíduos foram condenados de três anos de prisão à pena de morte por violência sexual contra crianças – esses perpetradores foram julgados em 129 instâncias. Além disso, foram separados de grupos armados 1.485 meninos e 177 meninas. O governo também proveu assistência às crianças previamente associadas aos grupos armados e vítimas também de violência sexual. Entretanto, como mostrado no relatório de 2017, ainda havia 8 mil crianças necessitando este tipo de assistência (U.N., 2017, pp. 11-12). Em 2017 foi aberta uma linha telefônica para todo o país para que as vítimas de violência sexual pudessem buscar ajuda, e o governo continuou tomando medidas para que fossem identificados e julgados os perpetradores. Além disso, a tempo da publicação do relatório havia 10 comandantes de grupos armados esperando o julgamento e 2 recrutadores do grupo armado Forças Democráticas Aliadas (ADF) foram condenados por recrutamento de crianças. Também foram liberados 2.080 meninos associados à grupos armados e 271 meninas (U.N., 2018, p. 11).

No relatório anual publicado pela UNICEF, com os dados de 2018, foram providos cuidados temporários, proteção e de busca à família a 6.044 crianças desacompanhadas e 4.977 crianças associadas com grupos armados e milícias. Além disso, 125.741 crianças ganharam acesso na comunidade para socializar, brincar e aprender (UNICEF, 2018, p. 10). São números altos de auxílio, entretanto, próximo do que há de crianças que ainda vivem essa realidade, mostra quanto trabalho ainda há a ser feito.

Foi possível observar, então, um determinado esforço do prévio governo para tomar medidas que não deixem impunes aqueles que violaram os direitos das crianças. Juntamente com o apoio da ONU, tem sido possível colocar várias medidas de proteção em prática. Entretanto, é preciso reiterar a necessidade da organização internacional em respeitar as práticas, hábitos e costumes locais no que diz respeito aos processos de desmobilização das

crianças e julgamentos dos perpetradores, por exemplo. É importante que trabalhem juntos para poder otimizar o tempo e os tratamentos que as crianças precisam receber, tendo sido elas vítimas e/ou perpetradores de violências.

Para exemplificar uma parte do processo de desmobilização, em uma pesquisa feita por psicólogos em 2013 com crianças que estiveram envolvidas com estes grupos, lhes foi perguntado qual evento mais traumático que viveram neste tempo. 88% disse vingança ou punição severa, 70% escassez de alimento e água, trabalhos forçados e mutilação. Quando perguntaram qual foi a pior situação que tinha acontecido durante a guerra, o senso comum foi a morte de um parente e ter matado e torturado outras pessoas (McMullen, 2013). Esta pesquisa mostra a marca que pode deixar nas crianças, pois, conseguindo escapar ou serem desmobilizadas, elas enfrentarão dificuldades de lidar com os eventos traumáticos vivenciados e cometidos.

2.3 Medidas de proteção e reintegração

Há, no país, várias medidas de proteção às crianças, envolvendo as necessidades específicas de cuidados com crianças-soldado, crianças desmobilizadas e crianças vítimas de violência sexual. Entretanto, ainda há muitas milícias e grupos armados ativos no país, e embora haja um vasto mecanismo de proteção (acordos internacionais, leis e projetos nacionais), ainda são cometidas muitas violações contra as crianças e a impunidade é grande. São poucas as notícias de perpetradores de tais crimes que vão presos, pois muitas vezes há dificuldade de identifica-los e indicia-los, e quando isso é possível, as leis falham em serem cumpridas.

A exemplo de leis, à época do presidente Joseph Kabila algumas foram instauradas para garantir a proteção das crianças, como a lei nº 09/001, de 2009, que prevê pena de 10 a 20 anos para qualquer força, grupo armado ou polícia que realize recrutamento de crianças com menos de 18 anos. Em 2011, para reforçar a lei nº 09/001, veio a acrescentar a condenação também em casos de tortura aplicada às crianças (U.N., 2010). Em 2014 foi também promulgada uma lei de anistia, na qual os crimes de recrutamento de crianças e violência sexual devem ser propriamente julgados, proibidos de receber anistia (U.N., 2014).

Há também, instaurada desde 1999, a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo, que é a missão de paz (militarizada) da ONU (e que foi renovada pelo Conselho de Segurança da ONU até 20 de dezembro de 2019) (U.N. Peacekeeping, 2019). Atualmente, a Missão caminha para ser encerrada e retirada do país, gradualmente – já tem

acontecido uma diminuição de pessoal em campo, pois o objetivo era, e mantém-se, a transferência das tarefas da MONUSCO para o governo, a fim de proteger os civis e fortalecer as instituições do Estado. De acordo com o Conselho de Segurança da ONU, a MONUSCO precisa ajudar na reconciliação dentro da comunidade e imediatamente denunciar as violações de direitos humanos para poder apoiar o governo congolês na consolidação da estrutura nacional civil e fazer um melhor gerenciamento dos recursos naturais⁸.

No que concerne as crianças, a MONUSCO possui uma *Child Protection Section*, onde o que fazem é identificar problemas na proteção, trabalhar com parceiros, como a UNICEF, autoridades e ONGs, que se encarregarão dessa parte garantindo que elas consigam chegar até esses apoios. Ou seja, fazer recomendações das suas necessidades. Entretanto não há, de fato, na Missão, uma intenção de receber as crianças, apenas de reportar e monitorar as necessidades delas observadas quando em campo – que são totalmente diferentes das dos adultos. Essa informação está clara no próprio website, onde explicam que não é objetivo da Missão criar programas para crianças, ou cuidar delas (MONUSCO, n.d.).

Ou seja, no processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração feito pela MONUSCO, o que eles fazem é desmobilizar menores de 18 anos (quando conseguem identificá-los, já que muitos não possuem documentação ou mesmo mentem para que continuem com os grupos) e envia-los a quem possa cuidar deles. Então, embora a MONUSCO tenha a sua força e importância, poderia ser ainda mais efetiva se tivesse também centros de recuperação para as crianças, pois elas são muitas e nem sempre há lugar físico e/ou fundos para recebe-las. Quanto mais apoio tiverem, melhores são as suas chances de reencontrarem as famílias e de se reintegrarem nas comunidades.

Algumas crianças mentem a idade porque podem acreditar que é a melhor opção que têm no momento: estar com grupos armados diminui o peso na família, que muitas vezes está passando por dificuldades como a escassez de alimentos, o que também é motivo frequente para que as próprias famílias as incentivem a seguir esse caminho. Além do fato de que elas não têm

⁸ Voguel, pesquisador da Universidade de Zurique sobre a RDC e também trabalha em campo junto à ONU, explica que os recursos naturais extraídos são a maior parte do PIB e das exportações do país. Além disso, esses recursos beneficiam e financiam indiretamente milícias, grupos rebeldes, e até mesmo o exército nacional, ou seja, perpetradores de conflitos. Ainda, Voguel diz que a extração das riquezas perpetua os conflitos, mas não é a causa central. Somado a isso, tem os problemas de acesso à terra, cidadania e identidade. Portanto, problemas estruturais dão continuidade à instabilidade (Voguel, n.d.).

mais família ou não podem contar com elas (como é o caso das crianças expulsas de casa por acusações de bruxaria e das crianças de rua).

Um exemplo disso é a história de Trésor, hoje 17 anos, que aos 12 anos se juntou a uma milícia chamada Força de Resistência Patriótica de Ituri⁹ (FPRI), “por vontade própria” e por ter sido incentivado pelo seu tio, por quem era criado já que havia perdido seus pais. Esse tio não tinha mais condições financeiras de cuidar dele e para que ele continuasse os seus estudos, julgou que poderia ser bom se juntar ao grupo armado; contou também ter sido influenciado pelos seus amigos. Mas não sabia, entretanto, que ao fazer isso não teria tempo nem oportunidade de estudar. Ao estar lá, ficou surpreso por encontrar outras crianças da sua idade, tanto meninos quanto meninas, e relatou se sentir mal por ter que roubar comida, porque não se sentia bem em prejudicar outras pessoas – mas fazia o que precisava para sobreviver. Virou sargento e logo após, capitão, tinha até um secretário que o acompanhava e escrevia relatórios (que também era criança, mas tinha frequentado a escola por mais tempo do que ele). Diz que não fugia porque tinha muito medo de morrer, fosse pelas FARDC ou pelo seu próprio, mas em 2015 a FRPI liberou algumas crianças, e foi junto porque estava ferido. Neste centro de proteção e reintegração para o qual foi levado, permaneceu por 6 meses, onde fez um curso de carpintaria para que pudesse tentar recomeçar sua vida. Hoje trabalha com essa especialização, onde encontrou uma paixão e manifesta o sonho de poder ensinar a outras pessoas este trabalho, principalmente pessoas que estavam nas mesmas condições que ele (Pana Bona, 2017).

Como uma ex-criança-soldado, deseja que as outras crianças que ainda se encontram nessa situação de violação possam ser livres de ter que agir com agressividade para sobreviver. Pela sua vivência percebeu que na verdade ser soldado não o beneficiava em nada, ao invés disso só causava mais sofrimento para si mesmo e para os outros. Neste centro onde Trésor foi acolhido há vários tipos de cursos profissionalizantes, como corte e costura, mecânica, entre outros. A intenção é capacitar as crianças que passaram por essas experiências para que elas tenham possibilidade de um futuro dentro da sociedade. Se a MONUSCO optasse por ter um centro assim, por exemplo, poderia ser mais uma fonte de apoio para as crianças.

O que saiu este ano, entretanto, que estava sendo preparado ainda no governo de Joseph Kabila, foi o segundo Plano de Ação Nacional (NAP), com duração até 2022, que tem novas formas de proteção às meninas, tanto meninas-soldado quanto meninas que sofreram violência sexual (ou ambas). Foi desenvolvido pela Ministra de Gênero, Família e Crianças – Sra. Chantal

⁹ *Front for Patriotic Resistance in Ituri.*

Safu, juntamente com grupos da sociedade civil envolvidas neste meio. O objetivo é melhorar a participação de mulheres e meninas (adolescentes e crianças) através de mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos. O NAP é muito importante porque estão nele definidas ações que serão tomadas por atores estatais e não estatais, atuando na promoção dos direitos humanos, focando nos direitos das mulheres e meninas, para que cada vez mais possa existir uma sociedade pacífica, justa e igualitária (Ministère du Genre, Enfant et Famille, 2018, p. 6).

São 11 objetivos específicos visando cumprir essas metas. Além de um dos objetivos gerais ser a maior segurança para o país, conseqüentemente a redução dos grupos armados, o objetivo 5 é justamente reduzir a taxa de alistamento de crianças-soldado (meninos e meninas). É explicado, neste objetivo, aquilo que é possível encontrar em praticamente todas as leituras sobre meninas que estão alistadas: as sérias conseqüências que elas enfrentam, para si mesmas e para a comunidade, serem obrigadas a se alistar. Além disso, diz que meninos e meninas que vivem nessas condições “são um perigo para a comunidade porque foram treinados para viver no crime”. A reforma do setor de segurança que está agora ocorrendo no país busca realizar a integração em todos os níveis do processo, assim como o estabelecimento de mecanismos para apoiar as pessoas com deficiências (causados pela guerra, a exemplo das mutilações), principalmente de ex-crianças-soldado (Ministère du Genre, Enfant et Famille, p. 21). Isso será feito, em parte, através da sensibilização das comunidades sobre o envolvimento de menores nos grupos armados, e conta com apoio de 3 ministérios, serviços de segurança da polícia, do exército.

O objetivo 9 é lutar contra a impunidade das violências sexuais e outras violações dos direitos das mulheres, tanto nos conflitos armados quanto no dia a dia. Alguns exemplos citados de como farão isso é a realização da capacitação de agentes e auxiliares da justiça sobre a luta contra a violência sexual, a documentação dos arquivos com provas de violações das mulheres, meninas e dos seus direitos, demonstrar apoio ao tribunal para julgar esses casos e não deixarem passar impunes (p. 34). Este Plano é para ocorrer a nível nacional, com apoio dos vários ministérios do país, conselhos nacionais, forças de segurança, ONGs, e a nível internacional, com apoio da ONU, e outras organizações internacionais. É financiado pelo governo e doadores, facilitando mecanismos de financiamento para que organizações e instituições nacionais e internacionais possam auxiliar (Ministère du Genre, Enfant et Famille 2018, p. 27).

Atualmente, este parece ser o melhor mecanismo de proteção às mulheres e meninas (além das leis já existentes), pois visa inseri-las na sociedade congoleza tanto quanto os homens, promovendo a igualdade entre os gêneros e combatendo as impunidades. A violência sexual ainda é um dos maiores meios de desrespeito, desvalorização e instauração do medo no país, pois não há segurança nem enquanto realizam as atividades diárias. Entretanto, não há nenhuma medida específica para as crianças vítimas de RCSA.

Assim como o NAP, tem ocorrido recentemente um novo modo de engajamento de crianças e jovens – os jovens repórteres (*young reporters*), uma iniciativa da UNICEF para que todas tenham direito de se manifestar, usar a sua voz e denunciar situações de risco, exigindo um posicionamento do governo. É através do blog “Pona Bana”, que significa “para as crianças”, em Lingala, que tem mesmo o objetivo de fazer com que elas participem e se manifestem sem medo (Pona Bana, n.d. a).

Esse engajamento resultou, em 07 de março de 2018, na assinatura de um decreto para o estabelecimento de um Parlamento Infantil (nacional) e de comitês (provincial, urbano, comunitário, territorial e local) para a infância, para permitir que crianças participem em processos de decisão nacionais que os afetem. Servirão como plataformas para expressar o ponto de vista delas sobre assuntos discutidos por autoridades públicas nacionais, coletando as opiniões delas quando dizem respeito a algo que as afetem diretamente. É o governo da RDC que está organizando os comitês que levarão à formação do Parlamento Nacional, e é patrocinado por deputados nacionais (Pona Bana, n.d. b).

As crianças, meninas e meninos, estão cada vez mais informados dos seus direitos, e parte disso é porque o governo treinou, entre 2013 e 2018, com o apoio da UNICEF, 12.800 crianças sobre os seus direitos, e 830 jovens repórteres (UNICEF, 2018, p. 14). Assim como qualquer pessoa, elas também têm vontades e sonhos, e para isso elas veem que é preciso estudar, aprender, viver de modo diferente (fora dos grupos armados). É preciso escutar as suas vozes e o que têm a dizer, pois ali elas estão manifestando como se sentem, o que querem, como aquilo funciona para elas, e por mais que pessoas tão jovens não deveriam estar numa posição dessa – de quem gera violência – elas também precisam expressar suas demandas e perceber como podem pedir e receber ajuda. É essencial que estejam inseridas no meio, se manifestando, e não só aguardando receber o auxílio. As crianças também querem lutar por seus direitos, e por isso é tão importante a criação desse Parlamento Infantil e dos jovens repórteres.

Osée Elektra é um jovem repórter nascido e criado em Goma, e em sua publicação no blog denuncia a situação da criança que se deteriora cada vez mais na sua região, chamando atenção para o fato de que a maior vítima é a criança, seja em áreas desertas ou com muitas pessoas. Isso porque diz que é possível ver crianças nos grupos armados, crianças separadas de suas famílias, crianças mortas e massacradas, malnutridas e que morrem de fome. Ele é um rapper e ao final da sua fala, há uma canção que ele compôs e gravou para chamar atenção sobre os abusos que sofrem as crianças. Na letra (tradução livre) diz: “abusada por homens armados nunca identificados, forçada para o trabalho armado (...), aos 12 violada por quatro homens, meu sorriso desapareceu, não sou como outras crianças, estou grávida na minha idade (...), me tornei mãe, tenho medo de morrer, meu filho sem pai.” Esse é um espaço de fala essencial para que possam fazer também esses tipos de denúncia (Pona Bana, 2019).

Solo, 16 anos de idade, também contou sua história através do blog: “eu estava chegando em casa da escola quando um coronel se aproximou e disse que poderia me levar para a China para fazer aulas de música”. Solo entrou no carro e depois de algumas horas, “pessoas vestidas em uniformes militares vieram e me forçaram a ir com eles para os arbustos. No campo de batalha, nós estávamos na frente e os adultos atrás: nós éramos escudos e muitos dos meus amigos morreram”. Permaneceu com esse grupo armado por 3 anos até que foi desmobilizado pela MONUSCO, mas relatou muito sofrimento, más condições de vida e muitas doenças (Pona Bana, 2019a).

Tem havido uma grande pressão da comunidade internacional (como a *Human Rights Watch* e a *Amnesty International* e dos países europeus, por exemplo), para que o presidente cumpra com medidas para a proteção dos direitos humanos, e várias recomendações que julga serem necessárias para que as pessoas na RDC tenham seus direitos respeitados, incluindo as crianças, para que não sejam utilizadas como soldados, para trabalho infantil ou na extração de recursos naturais (Amnesty International, 2019). Até o momento ele tem reagido positivamente, em termos formais, e o mesmo é esperado que faça em relação às crianças. Se ele se refere aos direitos delas, é imprescindível que não se esqueça das ainda milhares de crianças que estão em poder de grupos armados e milícias, que são centenas no país.

É provável que os governos (anterior e atual) queiram que as crianças tenham mais e melhor acesso à educação, estando cientes da necessidade ainda maior que têm às meninas devido às situações ainda mais graves que podem passar além dos meninos. Elie conta que em

11 de outubro de 2018, no Dia Internacional da Menina (*International Day of the Girl Child*), houve uma cerimônia oficial organizada em uma escola em Kinshasa, com o objetivo de unir crianças, professores, representantes de organizações internacionais, ministros e outras figuras públicas para poder mobilizar a comunidade demonstrando apoio para as meninas. Esse tipo de atitude, não sendo milagrosa, é imprescindível para que elas se sintam amparadas e apoiadas (Pona Bana, 2019b).

Capítulo 3 – Análise dos documentários dentro da perspectiva de agencialidade

3.1 Descrições dos documentários

Dois documentários foram escolhidos para analisar a forma como a agencialidade surge ou é ignorada nas representações visuais das crianças-soldado, das já desmobilizadas e das crianças de rua (que são vítimas ainda de outras violências). O primeiro está dividido em duas partes, intituladas “*A Duty to Protect: Child Soldiers in the DRC*” e “*On the Frontlines: Child Soldiers in the DRC*”, ambas disponíveis por completo no YouTube. Em 2003, a WITNESS¹⁰ uniu-se à AJEDI-Ka¹¹, uma organização não-governamental congoleza localizada em Uvira, Leste da RDC, que desmobiliza crianças-soldado, para produzir documentários sobre as crianças-soldado na República Democrática do Congo. Todo o conteúdo foi filmado durante missões de campo em fevereiro e outubro de 2003 e julho de 2004.

A primeira parte, “*A Duty to Protect*”, conta maioritariamente as histórias de duas meninas, Mafille e January, que foram recrutadas pelas milícias aos 10 e 13 anos de idade, respectivamente, e exemplificam os dois lados da situação do recrutamento. Mafille sofreu violência sexual durante o 1 ano e meio que passou com as milícias, e isso criou profundos traumas psicológicos nela. Ao conseguir voltar para sua família e para a vida que deveria ter tido ao invés de ter sido recrutada, passou a ser apontada pelos colegas pelo papel que teve que assumir e por ter sido violentada. Logo, isso a traumatizou e fez com que ela não tivesse mais nenhuma vontade de ir para a escola ou de ter amigos. Já January permanecia com a milícia à época das filmagens e tinha uma posição de alto escalão, como sargento, aparecendo orgulhosa da sua posição e demonstrando o quanto batalhou para estar ali. São dois lados da mesma situação.

A segunda parte, “*On the Front Lines*”, foca no depoimento de Byaombe, um menino-soldado desmobilizado, onde ele conta as várias situações que viveu e que teve que realizar e enfrentar, todas muito agressivas e violentas. Ambos documentários mostram relatos da família e da comunidade: como se sentem sobre terem seus filhos e filhas levados, alguns apoiam,

¹⁰ A WITNESS é uma produtora de documentários para denunciar violações de direitos humanos, com base em Nova York, existe há 25 anos e tem o objetivo de colocar nas mãos de todas as pessoas o poder de proteger e defender esses direitos através das câmeras, tanto pessoais como profissionais. Fazem isso através de treinamento de pessoas para que elas possam documentar sem que se coloquem em risco e de modo a otimizar a gravação de determinada situação. Assim, podem ser feitas as denúncias de violações dos direitos humanos em quaisquer situações evitando ao máximo que alguém seja ferido (WITNESS, n.d.).

¹¹ O *website* está fora do ar e não é mais possível encontrar informações atuais.

outros não, como é a fase de recuperação e reinserção na sociedade, e focam sobre a importância e a esperança da realização do trabalho do Tribunal Penal Internacional (TPI) para combater a impunidade dos perpetradores, confiando nisso como o envio de uma mensagem para eles, que não importa o lugar do mundo onde estejam, que serão julgados pelos seus crimes. Embora a atuação do TPI não esteja diretamente ligada à agencialidade das crianças, é importante ressaltá-la aqui, assim como foi nos documentários, como uma representação de fé e esperança que possuem ao confiar que o julgamento dos crimes pode ser capaz de incentivar o fim dos conflitos ativos, o que influencia positivamente a questão das crianças. Entretanto essa seja uma visão simplista sobre todos esses problemas que são complexos e não dependem apenas do fim dos conflitos.

O segundo documentário, “*Children of Congo: From War to Witches*”, é uma produção estadunidense de 2008 de Dan Balluff, o criador, e foi também o produtor, diretor, operador de câmera, editor e narrador, tendo sido também financiado por ele. O que é mostrado são as crianças que foram expulsas de casa por terem sido acusadas de feitiçaria, muitas vezes pelas suas próprias famílias, tornando-se, assim, crianças de rua (ou *street children*). É mostrado também, brevemente, as ações para reintegrar as ex-crianças-soldado, que frequentemente acabam por chegar ao orfanato onde são acolhidas as crianças de rua e apresentam, também, cuidados especiais pelas situações características que viveram.

Com essas características, será possível analisar muito do que é tratado na academia através dos meios visuais, através do olhar de quem esteve presente e vivenciou as situações que passam as crianças e as pessoas próximas a elas, como famílias e cuidadores. Entretanto é imprescindível destacar que os documentários não refletem a completa realidade, visto que eles passam pelo filtro dos realizadores e produtores. Desse modo, as informações podem ser manipuladas, mostrando determinadas partes e excluindo outras, induzindo o telespectador a ter um certo ponto de vista. É preciso ter essa atenção ao fazer análises dos meios visuais.

3.2 Análise das questões de violência, agencialidade, crianças-soldado

O discurso que sai sobre a paz, a guerra e as violências nos documentários se resume a um apelo geral para que as guerras e conflitos possam acabar. Em “*A Duty to Protect*” e “*On the Frontlines*”, as filmagens ocorreram ao final da Segunda Guerra do Congo e também logo após o seu fim, contudo ainda era um cenário confuso, de guerra, em locais onde ainda não havia chegado a sensação de desfecho, pois os efeitos ainda eram muito sentidos. Então, os discursos gerais são voltados para pedir uma estabilidade e na esperança de que o TPI atuasse

e gerasse comoção e advertência para os perpetradores de crimes, que não sairiam impunes pelas suas faltas. A noção de violência falada nesses documentários é apenas o que se entende por violência direta, aquela visível, que é perpetrada pelas crianças e que é perpetrada contra as crianças, quando na verdade não se analisa a questão da violência estrutural e psicológica, essencial para a compreensão do fenômeno do recrutamento e uso de crianças como soldados.

Em “*Children of Congo: From War to Witches*”, que já se passa 4 anos após o fim da Segunda Guerra do Congo, os efeitos ainda são muitos. A continuação da pobreza, do ciclo de doenças, da fome e o conseqüente crescimento de crianças nas ruas, muitas delas órfãs ou expulsas pelas suas próprias famílias, sem acesso à higiene e educação. Os conflitos internos causados por crenças místicas resultam nesse aumento de crianças nas ruas, e a rogativa é de que os pais não culpem as crianças por acontecimentos infortúnios nas famílias nem escutem a quem diz que elas são amaldiçoadas. Essa situação perpetua o abandono de crianças, que se veem em posição ainda mais vulnerável em risco de sofrerem outras formas de violências por não terem para onde ir.

Embora toda a sociedade civil esteja entremeada em condições estruturais repressivas, o fim dos conflitos seria capaz de trazer expectativa para a evolução da situação do país, porque na realidade o problema é mais grave do que conflitos ativos, pois está enraizado, tem origens coloniais. Ou seja, as causas das tensões estão ainda presentes, e a existência de grupos armados é grande fator desestabilizador, somado às crenças que colocam as crianças em risco ainda maior.

A começar a análise pelo documentário “*On the Frontlines*”, este centra-se bastante na fala das crianças e do sr. Bukeni Beck, que é diretor da AJEDI-Ka e a pessoa que vai a campo para negociar com os senhores de guerra e soldados a favor das crianças. Explica o conflito que está ocorrendo desde 1996 e o envolvimento das crianças, esclarecendo que muitas são recrutadas porque são alvos fáceis, que forçam as crianças a se juntarem, seja *Mai-Mai*, ou outras milícias e grupos armados. Atesta que nessa época mais de 60% dos combatentes eram crianças, meninos e meninas entre 8 e 16 anos. 35% das crianças recrutadas têm o apoio dos pais. Fala das meninas-soldado e da gravidade disso, elas cozinham nos campos, mas também estão engajadas em combates ativos e têm treinamento militar, além de serem recrutadas com propósito de exploração sexual. Diz que essas crianças são o futuro, e os comandantes desses grupos que recrutam crianças devem saber que a lei internacional está se desenvolvendo, ou seja, não importa onde eles estão, a justiça se aplica a eles (fazendo referência ao TPI). Isto é,

concorda com a visão da maioria dos autores que falam sobre crianças-soldado como alvos fáceis e manipuláveis e que isso é causa para o recrutamento.

O primeiro menino a falar é Byaombe, uma criança-soldado desmobilizada. No seu depoimento, conta que estava lutando contra a RDC, tinha sido recrutado pelas Forças da Defesa pela Democracia¹² (FDD – grupo rebelde do Burundi), e cometeu atos terríveis, descritos por ele detalhadamente. Disse que aprendeu a “matar o inimigo” com o comandante, que ensinou que deveriam fazer a pessoa capturada sofrer, amputando membros. Todo o tempo da sua entrevista aparenta estar atormentado e muito triste. Foi perguntado a ele se ele contou para os pais que ele iria se juntar às forças armadas e ele disse que sim, que eles falaram para ele ir e ajudá-los a lidar com o que estava acontecendo com eles. Isso confirma o que Singer (2006, p. 63) fala quando as crianças podem buscar se unir a esses grupos para tentar ajudar suas famílias e quando essas as enviam para que elas possam ter uma vida melhor ou para que as ajudem, já que estarão em uma posição de “poder”, de lutar para tentar alcançar a paz.

Byaombe denuncia as péssimas condições a que ele e outras crianças eram submetidas (meninos e meninas), como o consumo de maconha para enganar a fome, para dar força e coragem quando iam para a linha de frente, para esquecer que estavam doentes e sem medicamentos ou meios para tratar. Dormir do lado de fora sem cobertores, no frio das montanhas, enquanto os comandantes dormiam do lado de dentro, não ter roupas, frequentemente não ter comida. Denuncia o que presenciava no caso das meninas, que elas as ajudavam a cozinhar, mas a maior parte delas eram “esposas” dos comandantes. Essas situações às quais as crianças são expostas são facilmente identificáveis em quaisquer relatos dados por meninos ou meninas, as condições cruéis a que estão sujeitas. Utas (2005, p. 409) confirma isso, no caso da Libéria, através do depoimento de meninas que se veem em uma situação na qual a única opção que têm é ser namorada ou esposa de comandantes para que não passem por abusos piores e para que eles enviem dinheiro às suas famílias.

Byaombe por fim aconselha que os comandantes desmobilizem as crianças-soldado, porque crianças da sua idade não deveriam ser soldados, deveriam alistar pessoas acima de 18 anos. Ele realmente não quer que as crianças se envolvam na vida militar, porque de acordo com ele, quando se torna um soldado, “a sua alma muda, é como morrer hoje e reencarnar em uma outra vida”. Antes de se tornar um soldado, conhecia pessoas que tinham sido, e quando se estressavam podiam facilmente te agredir fisicamente, porque para eles matar não era nada,

¹² *Forces for the Defense of Democracy.*

porque já tinham matado tantas pessoas. Volta a reafirmar para que as crianças não se tornem soldados, pois é melhor que fiquem em casa e rezem pedindo ajuda a Deus – na vida militar só se aprende a fumar, e ainda se torna fraco mentalmente. Esse depoimento confirma o que Hermenau et al. (2013, p.1) descreve sobre crescer com um grupo armado está relacionado a traumas adquiridos pela guerra e comportamento agressivo.

Após Byaombe, vários meninos vão dando relatos. Usseni (ex-criança-soldado) diz que havia pelo menos 250 crianças da sua idade e 160 de soldados mais velhos. Tonton (ex-criança-soldado) diz que a vida o forçou a se tornar soldado, porque em casa eles tinham fome e poucas roupas para usar, ele achou que seria melhor, mas foi pior. Não encontrou absolutamente nada lá. O conselho para os amigos é que eles não devem ir, porque somente encontrarão sofrimento, e que aqueles que lá estão, que Deus os ajude a retornar. Conta que está atrás na escola, que tem dificuldades para acompanhar, que as outras crianças já sabem escrever e falar francês, enquanto ele já está mais velho e perdeu muitas coisas. Dieudonne (ex-criança-soldado do Burundi) diz que o FDD foi à sua vila e levaram as crianças à força, inclusive ele, que foram levados para o Congo para lutar em Ubwari (península no Leste do país). Ficavam no campo esperando os soldados retornarem, vigiando-o e preparando comida para todos. Tinha um amigo chamado Innocent, com quem estava sempre junto em diferentes grupos armados, mas que foi morto brutalmente em batalha, e quando acabou eles o carregaram e o enterraram. Dieudonne aparenta ter cerca de 7 ou 8 anos, e parece muito traumatizado, como que não conseguia acreditar em tudo que tinha vivido.

Sobre meninos que ainda estavam recrutados quando o documentário foi produzido, aparece Bukuru, que à época tinha 12 anos, dizendo que era soldado e se tornou para liberar o país e a população, mas queria que o governo interferisse para que ele e as outras crianças pudessem ir para casa e para a escola. Outros meninos cujos nomes não foram revelados, dizem que já estavam ali há 6 anos, que escolheram se tornar soldados para lutar pelo país, que se alistaram por conta própria. Surgem mais meninos falando que não há comida, nem dinheiro, que não dormem porque ficam à noite de vigia. Há também uma falta de afeto dos pais, que não estão presentes para orientá-los na vida. Ida Rashid, de uma organização psicossocial transcultural, confirma o relato das crianças sobre elas serem deixadas do lado de fora no frio, não terem roupas ou higiene, mesmo que básica. Todos esses fatores fazem as crianças vulneráveis e muitas doenças são difíceis de curar.

O documentário também mostra entrevista com alguns pais de crianças que estavam ou tinham sido parte das forças armadas (as FARDC só pararam de recrutar crianças em 2017, de acordo com relatórios da SG da ONU, então à época da produção ainda era comum muitas crianças alistadas nas forças do governo) e suas diferentes opiniões e sentimentos sobre o papel que seus filhos e filhas estavam cumprindo. O primeiro pai é Kibingu (residente em Uvira, Leste da RDC), explicando que tem 10 filhos, mas que 3 estavam lutando com *Mai-Mai*. Diz que encorajavam os filhos a se alistarem nas forças armadas para que eles os pudessem proteger porque não tinham ajuda de fora, do governo, podendo contar apenas com eles mesmos e com os filhos alistados para proteção.

Marcelline, uma mãe residente em Uvira, diz que hoje os pais aceitam o recrutamento enquanto esperam por paz, mas questiona então que se a paz não chega, as crianças terão morrido por nada. Ela diz que reza a Deus para que os que estão indo lutar, para que eles tenham paz, que todas retornem e possam ir à escola, que adquiram conhecimentos e esqueçam das coisas que viveram nas florestas. Kiyonga, pai residente em Uvira, se manifestou firmemente contra enviar as crianças para lutar, porque acredita que não é o tipo de vida que elas deveriam ter e quer que as crianças voltem para casa. De acordo com Lee (2009, pp. 17-21), as crianças sabiam que era necessário comprometer a sua segurança pessoal para proteger as suas famílias, mas que tanto meninos quanto meninas com menos de 18 anos, como mostrado por estudos etnográficos, têm um papel ativo nos movimentos políticos e militares com pouca coerção direta dos adultos. Assim sendo, eles estariam, em suas visões, auxiliando-as de algum modo ao estarem dentro desses grupos.

Herman Ndayisaba (de uma organização psicossocial transcultural), fala sobre o consumo de álcool e drogas que remove a sensibilidade das crianças para a violência, que os cega. Diz que viram muitas crianças que foram mortas com amuletos nos pescoços e cinturas, explicadas como misteriosas, que teriam poderes, como impedir que as balas te atinjam ou que o machado os acerte, mas explica que em realidade não há efeitos práticos, são meios que os adultos utilizam para manipular psicologicamente as crianças. São forçadas a fazer trabalhos além das suas capacidades, como esforços físicos carregando corpos, munições, preparar comida para todos. As crianças são enviadas às suas próprias vilas para cometer atos de violência, o que as fazem acreditar que aquelas pessoas são inimigas, e torna a ideia de retornar para casa impensável (tanto por essa ideia de adversários quanto por não serem aceitas de volta exatamente pelas ações que tomaram enquanto estavam ali). Mostra meninos-soldado colocando “*gris-gris*” (no caso do documentário, um líquido preparado com ervas e especiarias

e/ou amuletos), animados, falando que querem ir para a guerra. “Se temos que lutar, iremos lutar”, aparecendo animados para lutar enquanto fazem a aplicação do elemento que acreditam que os protegerão. Confirmando o que disse Trenholm (2013, p. 213) sobre as medicinas indígenas, parte-se do mesmo princípio de que elementos externos trarão proteção nas batalhas, geralmente associados a crenças específicas.

Encerrando este documentário, a fala do sr. Bukeni Beck é um apelo a todas as associações, organizações nacionais e ativistas de direitos humanos que trabalham neste tema devem pressionar as autoridades nacionais, para que o seu comprometimento teórico reflita a realidade, que uma verdadeira batalha contra o uso de crianças-soldado está sendo levada. Ou seja, para que se façam cumprir as leis de proteção às crianças, proibição de recrutamentos, projetos de proteção contra a violência sexual, por exemplo.

Em “*A Duty to Protect*”, Mafille, à época da filmagem, tinha 15 anos e passou 1 ano e meio com o grupo armado, trabalhando como guarda-costas. A sua mãe, Furaha Mbot, também dá seu depoimento, falando que ficou muito arrependida, que chorou muito quando a filha se foi. Disse que quando Mafille chegou em casa ela estava muito cansada, que ela evita falar com os meninos e que não consegue mais trabalhar, mas que ela queria que a filha estudasse. Mafille disse que quando voltou para casa foi matriculada na escola, mas que as outras crianças apontavam para ela e falavam que ela tinha sido soldado, o que a fez abandonar os estudos e agora já não sai mais de casa (o problema do estigma enfrentado pelas crianças, e principalmente meninas, ao tentarem retornar para as suas vidas). E o seu pai, Rushuka Mbot, também aparece dizendo que foi muito ruim, que ela era muito nova para ser parte de um grupo armado, e eles ficaram impressionados que isso de fato aconteceu. Ela conta que foi ensinada a fazer saudações, a rastejar no chão, a colocar munição na arma e a utilizá-la. Os relatos dela são confirmados por Pureza e Moura (2005, p. 10) e Anistia Internacional (2003), para citar alguns exemplos, sobre o treinamento militar a que são submetidas.

Ela diz que antes de ser recrutada não conhecia homens, que a sua primeira experiência foi à força. Era sempre pelos comandantes ou pelos guardas que as violavam (falando de si e de outras meninas). Relata ainda estar em choque, que chora cada vez que pensa nisso – está visivelmente abalada. Seus pais dizem que não têm dinheiro para colocá-la novamente na escola, ou para pagar um médico para saber se está tudo bem com a sua saúde depois de tudo que teve que enfrentar. Mafille conta que jamais voltaria para o exército, que é inútil, que preferiria morrer. Conta que os homens que a violavam apareciam na escola que ela

frequentava, cumprimentavam a sua mãe, como se não fosse nada. Se ela se recusasse a dormir com eles, tinham consequências, mas quando falavam que iriam denunciá-los, eles paravam de assediá-las. São mostradas várias cenas de Mafille no seu dia a dia, em meio a outras crianças e outras pessoas, mas ela tem sempre o mesmo olhar triste e perdido, não interage com ninguém. Mesmo quando são mostradas cenas na igreja, onde todos cantam e dançam, ela não apresenta comportamento diferente. Também de acordo com Pureza e Moura (2005, p. 17) a violência sexual sistemática procura humilhar, desumanizar e é usada como mecanismo de superioridade. Pela história e comportamento de Mafille, é possível identificar pelo seu olhar, suas atitudes, o quanto aquilo a marcou profundamente e como são remotas as oportunidades de uma recuperação plena, pois ela (e a maior parte dos casos) não têm possibilidades de receber tratamentos físicos e/ou psicológicos.

January é outra menina que tem a sua história contada em detalhes. Tinha, à época, 16 anos e se uniu à força armada em 1998, aos 10 anos. Apresenta-se em um uniforme grande para o seu corpo, mas limpo, novo e arrumado – é sargento de primeira classe. Sua mãe, Yvonne Sibatu, relata que quando a filha foi recrutada, durante uma semana não sabia o seu paradeiro, que a encontrou nos campos, mas que correu quando foi chamada. Sra. Sibatu pediu a filha de volta ao responsável e lhe falaram que para isso ela teria que levar uma cabra e uma caixa de cerveja. Assim chorou muito porque sabia que isso não seria possível. Nesse momento, January aparece fumando um cigarro, em roupas aparentemente novas, limpas, boné e com um colar (isso é um diferencial, provavelmente por causa da posição que ela tinha dentro do grupo, considerando o estado de todas as outras crianças que sempre apareciam sujas e em roupas velhas, sem uso de nenhum acessório).

O irmão de January, que não tem divulgados seu nome ou seu rosto, quando retornou para Uvira, chegou à casa dos pais e teve a surpresa de ver que sua irmã também havia se tornado soldado. Ele diz que já que o governo está usando essas crianças pela defesa do país, então que não é mau. January conta que foram muitas crianças alistadas juntas, o suficiente para fazer um batalhão e que eram guiados pela raiva, porque muitos tinham tido seus pais, tios, família mortos, outros ameaçados, e com aquela raiva e ódio, eles se juntaram ao grupo armado. Conta que a primeira vez que ela vestiu o seu uniforme, andou pela rua central se admirando, que gosta de ir para a frente de guerra sob efeito de drogas (enquanto isso, mostra cenas de preparação de compridos cigarros e vários meninos fumando), porque quando é o caso, mesmo ela estando cara a cara com alguém não sente pena e os mata, e depois vai embora. January pode ser um exemplo claro da navegação social na prática, ou seja, a movimentação dentro do

terreno da guerra: a necessidade de adaptação constante em um ambiente instável frequentemente desequilibrado e as diferentes posições em que isso coloca os agentes (Vigh, 2006, p. 14).

Na linha de frente ela conta que prefere utilizar armas de fogo, mas quando não é o caso ela utiliza facas e cordas, que descreve como sua especialidade. A mãe de January conta que quando ela voltou para casa a primeira vez, ela pediu para ir para a escola. Então a mãe a matriculou na escola, comprou livros, sapatos, uma mochila, e quando January lá chegou, deu a mochila para a sua irmã mais nova e fugiu para as montanhas. Ela aparece nesse momento falando: “Eu não posso deixar as forças armadas e perder o meu posto. Eu trabalhei muito para isso.” Diz que algumas pessoas falam para ela deixar o exército, outros falam para que não, pois ela cresceu na vida militar e já perdeu a sua infância. Ela, manifestamente, não queria sair. Não ficou claro se o motivo dela abandonar a escola foi o problema da estigmatização, que é um outro problema grave que muitas crianças desmobilizadas enfrentam (apontadas por outras crianças por terem feito parte de grupos armados) ou se é porque ela preferia a vida com esses grupos, onde ela alcançou um papel grande dentro de uma hierarquia.

Sr. Bukeni Beck explica que assim que eles recebem armas e uniformes, as crianças acreditam que a vida militar lhes dá uma fonte de orgulho e força. A comunidade fica dividida entre aceitar que isso viola os direitos dessas crianças e aceitar que o nível de proteção que precisam supera esse fato. Quer o recrutamento seja forçado ou voluntário, é uma grave violação dos direitos da criança, e tem que haver justiça por elas. Os campos são muito longe das vilas, o que torna difícil para as crianças deixar os campos e retornar para as suas comunidades. Sr. Beck, juntamente a outras pessoas da AJEDI-Ka iam para os campos para conversar com os comandantes e negociar a desmobilização dessas crianças. Quando ele entrava nesses campos, ele encontrava muitas crianças e via as condições nas quais viviam, dormindo desabrigadas, comendo mal e sem receber cuidados médicos, lhes fragilizando a saúde. Estavam cansadas, doentes, outras queriam ir para casa e estudar. Muitas crianças se iludem pensando que podem encontrar melhores condições junto aos grupos armados, porém quando chegam se deparam com uma realidade diferente da que esperavam e frequentemente tendo ainda menos acesso aos bens básicos do que quando estavam com suas famílias (casa, alimento). Entretanto é onde se torna difícil sair, pois há grande risco de vida caso decidam fugir ou não obedecer. A melhor chance que têm de se desligarem é através de operações de DDR, que falham em acontecer com mais frequência e em lugares mais remotos. Em parte, por

isso acabam virando agentes táticos, agindo conforme a necessidade para que sejam capazes de preservar suas vidas. O problema é a posição em que isso os coloca, de perpetradores de crimes.

O centro de transição é para onde as crianças eram levadas antes de serem reunidas com as suas famílias, onde elas eram preparadas para uma nova vida na comunidade. Sr. Bukeni Beck fala sobre como a reintegração é um processo difícil e da importância de líderes religiosos, culturais e sociais, por eles serem a ponte entre a comunidade e as crianças. Aparece o Reverendo Pastor Bulenga, da igreja luterana, falando que com a ajuda da igreja, eles podem educar e aconselhar todas aquelas que saíram do caminho e coloca-las de volta. Neste momento mostra a cena da igreja com muitas crianças e mulheres, incluindo Mafille. Sobre os modos de recuperação das crianças há diversas interpretações: para alguns, pode ser através de meios religiosos (igreja, crenças locais, outras religiões, práticas de tradição oral), enquanto para outros é através da terapia, da conversa com profissionais da saúde. Isso depende da cultura local, pois é diferente de como é no ocidente e não pode haver essa imposição.

Há cenas de um comandante treinando crianças e falando: “aqui vocês terão tudo, terão botas, uniformes gratuitos, tudo aqui é gratuito, mesmo carros. Onde está a sua moral?” Discursos utilizados para convencer as crianças a realizarem os atos, e ambos documentários mostram cenas de treinamentos, centenas de crianças marchando, se rastejando, carregando armas e respondendo aos comandantes. Novamente é mostrado o gris-gris e várias crianças passando no corpo acreditando que é um meio de proteção no campo de batalha. Aqui é a violência psicológica atuando, fazendo a lavagem cerebral nas crianças através das falas e treinamentos para que consigam fazer com que elas obedeçam ao comandante (Galtung, 1969, p. 169).

Para encerrar este documentário, Djunga Joseph (diretor dos serviços sociais de Uvira) e o Sr. Beck demonstraram muita esperança e confiança no TPI, acreditando que isso reduziria a impunidade. Governantes locais demonstraram abertura total para colaborar com o TPI, porque eles têm que ter capacidade para punir os responsáveis. Sr. Beck aconselha que tivesse um escritório em campo, não só na capital, mas no Leste, próximo das vítimas e das testemunhas, para sensibilizar a população. Apela ainda para países como os EUA, que deveriam pensar nessas crianças, ou seja, apoiar o TPI. Ele diz que vai continuar a batalha pelas crianças, não importa o tamanho do perigo porque elas representam o futuro do país e devem ser protegidas.

O TPI tem importante reconhecimento a nível internacional. Foi estabelecido em 1998 através do Estatuto de Roma¹³, e em junho de 2004 anunciou que o primeiro caso a ser julgado seria um caso da RDC (Germain Katanga, condenado a 12 anos de prisão em 2014 por crimes de guerra, incluindo recrutamento e uso de crianças-soldado). Atualmente, em julho de 2019, uma figura marcante na história da violência na RDC, Bosco Ntaganda, preso desde 2014 pelo TPI por 18 crimes de guerra – entre eles o recrutamento de crianças como soldado, assassinatos, escravidão sexual, perseguição étnica – foi condenado depois de anos de espera, e agora aguarda a sentença. O fim desse julgamento tem uma importância extrema, pois demonstra que os culpados estão, gradualmente, recebendo as suas sentenças e pagando pelos crimes, visto as mortes e traumas que causaram. É um conforto para aqueles que foram prejudicados por ele, direta e indiretamente, que agora ele esteja sendo responsabilizado pelas suas ações (embora ele não se considere um criminoso, mas sim um “revolucionário”, em suas próprias palavras) (Fernandes, 2019).

Entretanto, ele é apenas uma pessoa em meio a milhares que cometem os crimes de recrutamento e violação sexual contra crianças. Embora a sua prisão o impeça de continuar a cometer crimes e diminua a sensação de impunidade, é uma realidade que no dia a dia essas violências continuam a acontecer com pouco impedimento e pouca resolução. Isso não traz segurança nenhuma para as comunidades, principalmente mulheres e meninas que depois têm que viver com o julgamento de outras pessoas por terem sido vítimas de violências, além de doenças e gravidezes em tenra idade.

O segundo documentário “*Children of Congo: From War to Witches*”, apresenta outra realidade que as crianças vivem: tornam-se crianças de rua. Elas são comumente abandonadas (a maior parte dos casos por acusações de feitiçaria), indo parar nas ruas e também acabam sendo recrutadas. Mostra centros que abrigam crianças em várias situações (de rua, soldados), que acolhem e amparam essas crianças-soldado que não têm família ou que ainda não puderam ser reunificadas. Entretanto, não dá grande atenção às necessidades específicas das crianças-soldado, apenas mencionando-as e informando que ali têm um espaço onde podem ser acolhidas. O documentário foca em dois lugares que acolhem essas crianças. O primeiro deles é chamado Oeuvre de Reclassement et de Protection des Enfants de la Rue (ORPER), uma

¹³ De acordo com o artigo I do Estatuto, o Tribunal Penal Internacional é uma instituição permanente, com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional. Complementa as jurisdições penais nacionais e toda a competência e funcionamento do TPI estão descritas neste Estatuto (TPI, 1998).

organização que há 25 anos acolhe crianças de rua em Kinshasa, e quando possível, as reintegram com suas famílias. Eles têm 6 centros residenciais, 4 para meninos e 2 para meninas, onde as crianças moram, vão para a escola e lidam com os problemas do dia a dia. Também há 2 centros de passagem (*dropping centers*), onde as crianças recebem podem relaxar um pouco, brincar, tomar banho, mas também receber cuidados médicos, se alimentar, e se quiserem, passar a noite. A quantidade tem sido maior do que a capacidade, pois o número de crianças de rua tem aumentado muito a cada ano. As condições de vida desses meninos e meninas são precárias, pois na rua não têm como terem cuidados com higiene, por exemplo, ou acesso à alimentação e água potável, levando à contração de doenças e à morte muito cedo.

Zbigniew Orlikowski, diretor da ORPER, conta que são 2.500 crianças amparadas diariamente, que a cada dia têm problemas diferentes. Sempre há crianças doentes, casos que precisam ir ao hospital. As causas são complexas: a extrema pobreza da população, que torna difícil comprar alimentos e colocar as crianças na escola. Os casos mais comuns são quando os pais da criança morreram, ou são divorciados e a criança vive sozinha com a mãe. Eles acusam as crianças de feitiçaria quando acontecem mortes, doenças na família, desemprego: é o caso de 70% das crianças que eles apoiam. Geralmente a família busca na fé a causa para aquilo, então busca a igreja, onde o pastor afirma que aquela criança é feiticeira ou que está enfeitada. É a proliferação das “*revival churches*”. Membros da família da mãe ou do pai morrem e eles não querem levar a culpa, então eles acusam as crianças. Mas quando a equipe da ORPER chega à casa das famílias, encontram crianças que não são feiticeiras, mas somente o primo é acusado, porque eles não querem cuidar dele. Isso também é um problema que coloca muitas crianças na rua. Quando a criança é levada para a igreja para ser exorcizada, tem práticas que a criança não pode suportar, como o jejum. Falam para uma criança de 10 ou 11 anos ficar sem comer por três dias; que puxam violentamente o cabelo das crianças, que batem e maltratam, ocasionando, frequentemente, em mortes.

A partir disso as crianças são frequentemente expulsas, torturadas, exorcizadas. Porque eles querem se livrar das crianças, elas acabam nas ruas (principalmente quando não é um descendente direto, mas é parente distante e precisa do apoio daquela família). Havia, à época, estimativamente 2.000 “*revival churches*” em Kinshasa, onde cerimônias são realizadas nas crianças que foram falsamente acusadas pelos seus pais de cometer feitiçaria. Muitas dessas igrejas combinam crenças de rituais tradicionais congolezes com elementos do cristianismo. Os parentes fazem doações aos pastores para que eles realizem exorcismos nos seus filhos e força-

los a confessar que eles são feiticeiros. Atenção que essa produção foi há 9 anos, este número pode ter se multiplicado.

Ele denuncia a situação das meninas de rua e como tem havido cada vez mais, falando que se elas não receberem ajuda, a tendência é que se voltem para a prostituição, o que dá continuidade ao ciclo de contrair e transmitir ISTs, além de gravidezes não planejadas e abortos (que não é mencionado). Annette Wanzio, trabalhadora da ORPER, diz que os centros para as meninas oferecem um descanso temporário das péssimas condições nas quais elas vivem nas ruas, pois lá elas recebem orientações, conselhos, ensinando-as sobre os riscos da prostituição e de estarem nas ruas. Esses aconselhamentos são para as meninas principalmente entre 5 e 14 anos. Elas foram sujeitas a atrocidades, falta de afeição, e isso cria um tipo de comportamento. Podem passar a noite, e assistir televisão, recebem café da manhã, almoço e jantar, e vão também realizando uma troca de tarefas, como ajudar em restaurantes, vigiar a mercadoria nas feiras, lavar roupas, em troca de algo específico (como alimentos) ou para receber dinheiro, por exemplo. À época, cerca de 60 meninas estavam diariamente na ORPER, com vários tipos de necessidades. Esse trabalho é muito importante, pois dá esperança de recuperação e amparo para crianças que foram tratadas de modo muito cruel.

Tony Akundi, trabalhador da ORPER, diz que trabalham com crianças que acabaram de sair das ruas, entre 150 e 200 por dia, e por estarem nas ruas, muitas são arrogantes e agressivas. De acordo com ele é realmente uma epidemia o fenômeno das crianças de rua em Kinshasa, e há vários motivos para isso: as crises econômicas, sociais e políticas no país. As famílias são muito pobres, os pais não conseguem apoiar financeiramente os filhos, e muitas vão para as ruas para encontrar uma maneira de sobreviver. O conflito causou muitos deslocados internamente e refugiados, e muitas dessas crianças também vão parar nas ruas, muitas vezes porque se perderam das suas famílias também. Quando há motins nas ruas as crianças são capturadas, facilitando o recrutamento para grupos armados. Conta que algumas igrejas fecharam porque começaram a persegui-las por mau tratamento de crianças, mas que há muitas delas. Essas crianças que foram rejeitadas pela sociedade ficam relaxadas quando estão nos centros da ORPER. De acordo com Vigh (2006, p. 136), a maioria dos jovens urbanos está vivendo uma deterioração contínua das suas possibilidades sociais, levando a cada vez mais jovens buscando por algo que possam fazer, mesmo que a possibilidade de alcançar algo com aquilo seja mínima (seja dinheiro, sejam outros tipos de recursos). Assim, tornam-se mão de obra facilmente explorada, porque eles tentam sobreviver e planejar a vida adulta (tornarem-se

independentes) fazendo estes pequenos serviços na esperança de que lhes renda algo para o futuro, o que raramente leva a algo concreto.

Muitas vezes eles não respeitam a polícia, mas os respeitam porque não batem neles, são simpáticos e tentam entender qual é o problema. É isso que gera uma grande mudança na criança, e assim ela consegue se reintegrar na família, de acordo com o sr. Akundi. Muitas crianças são rejeitadas pelas suas famílias no momento da reintegração por causa das acusações de feitiçaria e não as querem de volta. Quando isso acontece, as crianças são ensinadas a desenvolver uma habilidade e buscam um local para trabalhar e uma vaga para viver em um dos centros de estadia permanente, para que possam ir à escola.

Stella Ekka, também da ORPER, mostra um menino que aparenta cerca dos 8 anos, que foi queimado e despejado pela sua família por conta da acusação. Ele foi acolhido no centro e não tinha contato com a sua família. Sra. Ekka mostra outro menino que foi agredido pela sua própria família, tendo tido seu braço quebrado por duas vezes e duas vezes o cobriram com cimento, mas que agora ele está bem. Isso aconteceu quando ele tinha cerca de 5 ou 6 anos. Apresenta-se como Tchibanga Claudie. Mostra um outro menino que foi abandonado no mercado da cidade, onde a polícia o encontrou e o levou até este centro. Eventualmente a ORPER encontrou a família, mas a mãe havia morrido e o pai estava muito doente, ou seja, ele foi acusado, por isso não queriam mantê-lo. Confirma o fato de que quando há alguma doença ou morte na família, essa começa a procurar o motivo, e quando vão rezar na igreja, o pastor julga que a causa é a criança. Nisso, eles têm medo de enviar a criança de volta para a família, porque talvez o matem ou façam algo de mau, o que leva as crianças a permanecer com eles. O que procuram fazer é dar algum apoio e encaminhamento para que as crianças estudem e depois vão viver as suas vidas. É importante ouvi-las, o que têm a dizer sobre como se sentem e assim tornar viável ajudá-las.

De apoio financeiro, a ORPER recebe da UNICEF, das igrejas católicas, do *Save the Children* e outras organizações internacionais. Além disso, através da produção de pães conseguem movimentar os jovens e fazer algum dinheiro, pois assim eles desenvolvem essa habilidade, ocupam o tempo e mulheres da comunidade também podem revende-los, gerando renda para eles, para o projeto e para outras pessoas.

Em Goma, outra cidade fortemente atingida pelo conflito, há o orfanato Don Bosco que realiza trabalho similar ao da ORPER em Kinshasa, e as causas das crianças de rua de lá são similares. Elas enfrentam problemas sociais, pobreza, fome, guerra e uma família partida.

Madrastas ou padrastos frequentemente são perpetradores de grandes abusos contra determinadas crianças, pois não querem cuidar de crianças do casamento anterior, e quando a situação fica muito ruim eles resolvem culpar o enteado, com as “*revival churches*” que “confirmam” tal condição.

Esse orfanato funciona como escola durante o dia e lugar para dormir para crianças de rua durante a noite. Aceitam bebês, crianças de rua, ex-crianças-soldado, e jovens que não têm família. Procuram preparar as crianças para realizar uma ocupação, pois uma habilidade desenvolvida por lhes ajudar no futuro a cuidarem de si mesmas (corte e costura, construções, carpintaria), e quando as crianças estão preparadas para voltar para suas famílias, realiza-la. A preocupação maior é dar a elas uma chance de se cuidarem já que elas não têm família. Especificamente sobre as crianças-soldado, por causa do que viveram, do que fizeram, a reintegração se torna muito complicada. Os meninos-soldado que vivem neste orfanato são já desmobilizados, e pouco a pouco integram-se com as outras crianças. Os que lá estavam, saíram do grupo armado e foram levados para o orfanato. A maior parte deles é órfã, perderam seus pais durante a guerra, no parto, ou não sabem dizer o que aconteceu.

É falada a necessidade de os professores precisarem aprender a se defender fisicamente, porque estão sujeitos à possíveis agressões dessas crianças que vivem na rua, desencadeada por alguma situação específica, e é preciso que também possam se proteger. Por esse tipo de comportamento, a polícia frequentemente as prendem e as colocam nas cadeias, o que não ajuda no apoio que essas crianças precisam de fato ter. Elas são muitas e os centros de acolhimento existentes não têm capacidade para acolher a todas. É preciso lutar contra o que as coloca na rua em primeiro lugar. Viver situações violentas, ser tratado com agressividade e ter que agir com agressividade (obedecendo ordens, sendo agentes táticos) pode automatizar esse tipo de comportamento, e em uma situação na qual a criança se sinta ameaçada pode agir assim para se proteger (Hermenau et al., 2013, p. 2). Logo, é básico que os professores e trabalhadores desses centros e de ONGs saibam como reagir caso ocorra dada circunstância.

A recomendação final de Dan Balluff, criador e idealizador do documentário, é que não é somente com ajuda das ONGs locais e doações internacionais que o problema se resolverá. É preciso envolver as crianças e suas famílias em uma colaboração, também para que melhore a visão delas sobre as crianças de rua.

É preciso haver mais centros de apoio de ressocialização a soldados desmobilizados e dentro das prisões, para que os perpetradores possam se conscientizar dos seus erros, e que

quando estejam livres, não os cometam mais, além de também incentivar outros a não o fazerem também. Comportamentos repetidos durante a guerra podem gerar repetições automáticas mesmo fora do ambiente em que sentiam necessidade de cometer as violações – isso é válido tanto para crianças quanto para adultos (Kasherwa e Twikizire, 2018, p. 5). Aqui pode ser uma explicação do porquê as crianças permanecem dentro dos grupos armados. É necessário então que compreendam que esse era um padrão que não precisa ter continuidade. Por isso, os tratamentos pós-conflitos são tão importantes. Precisam, entretanto, ser decididos e realizados de acordo com as normas e culturas locais – evitando fazer a imposição cultural ocidental sobre toda a África. Este é um cuidado muito importante que ONGs e organizações internacionais precisam tomar ao quererem oferecer ajuda. É de extrema importância que haja uma comunicação e um conhecimento sobre as definições locais de tratamento, pois é aquilo que vai resultar, e não algo que foi trazido de fora que não condiz com as crenças, hábitos e realidades locais.

3.3 As ausências dos documentários

Há importantes tópicos que os documentários não abordaram, mas que são essenciais e não podem ser ignorados. Em “*From War to Witches*”, por exemplo, não é falado sobre os riscos de sofrer violência sexual que correm as crianças de rua, especialmente meninas. Aborda-se sobre o perigo da prostituição, mas não sobre como essas crianças que estão na rua estão desprotegidas, desamparadas, e frequentemente sozinhas. É inerente que grande parte delas sofrerá violações, seja por soldados, criminosos ou cidadãos comuns. Por estarem inseridas dentro desse contexto de violência estrutural, que é o *continuum* da violência diária, da pobreza, da exclusão social, da humilhação, como diz Scheper-Hughes e Bourgois (2004, pp.1-2), mesmo em lugares que não há um conflito direto ativo há a perpetração da violência sexual a qual essas crianças estão expostas.

Também não é falado sobre a *ritualistic child sexual abuse*, que é essa outra vertente da violência sexual mais específica, trazida por Kasherwa e Twikirize (2018). Considerando que é um documentário que fala sobre as crianças serem expulsas de casa por acusações de feitiçaria, é um escopo que caberia ser abordado e que poderia até ajudar na conscientização do fato. Entretanto, o produtor fez a escolha de não falar sobre nenhuma forma de violação sexual, apenas do risco de prostituição. Considerando também que essa prática de violência é uma das mais disseminadas, essa ausência pode ser vista como uma grande falha na compreensão e endereçamento do problema. Cada vez mais as políticas estão voltadas para a luta contra esse

tipo de abuso, como as leis já existentes e agora o NAP que entrou em vigor em 2019, portanto, não é algo que possa ser tratado como inexistente quando é um dos maiores problemas do país, mesmo que a produção já tenha 11 anos, o problema é endêmico e muito mais antigo do que isso.

Em “*A Duty to Protect*”, é dada atenção à questão da violência sexual, mas não à questão das ISTs, que são consequência iminente desse abuso. Assim como acontecem as violações, as consequências quase que imediatas são a contração de doenças e infecções, além das gravidezes não planejadas especialmente em meninas muito jovens, que passam a ser estigmatizadas pelas suas comunidades e também famílias, quando têm. Ao contarem a história de Mafille, sua mãe diz que não tem condições financeiras de leva-la ao médico para conferir se está tudo bem com a sua saúde, mas além disso, não há mais nenhuma referência aos cuidados e tratamentos necessários pós-violações e não fala de centros de acolhimento que poderiam recebe-las e cuida-las. Não há dados de divulgação de taxa de mortalidade por ISTs na RDC, o que também é uma falha, mas imagina-se que deve ser alta devido ao alastramento da violência que nem sequer é amplamente divulgado pelo governo em números.

Galtung e Høivik (1971) dizem que “a violência estrutural é a diferença entre a expectativa de vida ideal e a expectativa de vida real” (p. 73), que todas as mortes na guerra são potencialmente evitáveis, e muitas dessas são causadas a partir de doenças e acidentes causados pelas distribuições de riqueza e poder. Ou seja, a violência estrutural está intimamente ligada às questões de saúde da população.

Em “*On the Frontlines*”, apesar de tratar da agencialidade dos meninos (entretanto não por esse nome), não fala que eles são constantemente obrigados a serem perpetradores da violência sexual contra meninas e por vezes, contra pessoas das suas próprias famílias. Também não fala que os meninos também podem ser vítimas dessa violência, embora em quantidade menor do que as meninas.

Analisando os dois documentários, vê-se que o assunto de violências e abusos sexuais são ainda tratados como um grande tabu. As mídias sociais, que têm mais facilidade de acesso ao público geral do que livros e artigos, por exemplo, deveriam tratar de todos os temas concernentes às situações que as crianças passam, e não os ignorar. O mesmo ocorre em relação à agencialidade. Embora em “*On the Frontlines*” sejam mostrados meninos que aparecem animados para lutar e defender algo, não fala sobre as suas agencialidades táticas e/ou estratégias, os produtores analisam aquilo como se eles tivessem a real vontade de estar ali,

quando na verdade, como já analisado e reforçado previamente neste trabalho, o contexto é o de violência estrutural que não dá, na realidade, outra opção. É diferente de querer ir de verdade quando as condições presentes não vão de encontro com ter verdadeiramente uma escolha. A violência está incorporada na estrutura, manifestando-se de forma desigual, o que resulta em desigualdade de oportunidades de vida como consequência (Galtung, 1969, p. 171).

Contudo, os documentários não ignoram completamente o lado das meninas, pelo contrário, salvaguarda essas observações, focaram bastante nas visões das meninas e no que elas vivem e não somente os meninos, que geralmente são o centro de atenção nos estudos sobre crianças-soldado.

É interessante observar as diferenças entre a produção congoleza e a produção estadunidense. A primeira trata de modo a se aproximar mais da realidade, mostrando a agencialidade de meninos e meninas, enquanto a segunda mostra o lado apenas da vitimização. Entretanto, como salientado ao longo da pesquisa, há várias questões que mostram que olhar apenas o lado de vítima é limitar o problema, devido à teoria já aqui estudada, sendo reforçada pelo conteúdo apresentado nos documentários. Apesar de a produção congoleza também falhar em observar detalhes importantes, vê-se que ela aborda tópicos que geralmente se evita ao tratar deste tema, como mostrar ambas posições nas quais se encontram as crianças (sendo obrigadas e como “fazendo porque querem”), tratando dessa questão da agencialidade e navegação social, enquanto que a produção estadunidense trata das crianças somente como vítimas. Embora sejam situações diferentes abordadas, ao falar das crianças-soldado que vão para o centro de recuperação, nota-se que não será (e de fato não é) dada atenção às questões especiais que concernem as crianças-soldado, por exemplo, ou a um dos maiores abusos que passam as crianças, que é a violação sexual. Elas são apenas mencionadas sem entrar em nenhum detalhe, o que, para o telespectador que não possui conhecimento sobre quem são, e porquê são, a noção geral que deixa é somente a de vítima, mas sem aprofundar em todas as questões que tornam o contexto mais complexo.

De acordo com Martins (2011, p. 439), uma das explicações da falta de abordagem sobre a violência sexual é que, “mais do que a violência, uma sexualidade ativa é o elemento que mais contradiz a ideia de uma criança como inocente”. Ou seja, na produção congoleza fala-se sobre, embora pouco e mostre apenas o lado de vítima, ignorando a questão da agencialidade, entretanto a produção norte-americana ignora completamente, porque carrega a influência

ocidental de uma visão limitada sobre o que é ser criança, e ainda especialmente criança-soldado.

Conclusão

É de extrema importância que este tema continue a ser estudado e acompanhado, visto que ainda é uma realidade na RDC, e em muitos outros contextos, de guerra e de paz, e que os esforços precisam ser cada vez maiores na luta contra o fim do uso de pessoas menores de 18 anos em forças e grupos armados.

Este trabalho de pesquisa procurou contribuir para o estudo e a conscientização sobre as crianças-soldado na RDC na medida em que criou uma relação direta entre conceitos de agencialidade, violência estrutural (e as estruturas da sociedade) e navegação social no terreno da guerra, que demonstram que não se trata de uma simples ambiguidade de ser vítima ou perpetrador. Dessa forma, as conclusões centrais foram as de que as crianças fazem o que precisam para sobreviver em uma situação de pressão (agencialidade tática), frequentemente cometendo atos violentos que as traumatizam; que o Estado, as OIs e ONGs não têm ainda capacidade de prover cuidados para todas as crianças que são desmobilizadas e para ainda as desmobilizar, porque os problemas não são apenas conflitos ativos e sim o sistema de estruturas repressivas e opressivas; que é preciso entender as relações entre violência, agencialidade e navegação social para compreender o fundamento da existência e continuação das violações que elas passam ao serem recrutadas, aproximando-se da realidade das crianças.

Assim, respondendo à pergunta de investigação, o conceito de agencialidade no estudo das crianças-soldado serve para compreender as complexas razões por trás das atitudes agressivas, que não são infundadas. Decorrem de uma série de questões estruturais que as impedem de viver sem a interrupção da violência. É importante destacar que não é possível esgotar o tópico de modo mais aprofundado em uma dissertação de mestrado, com tempo e recursos limitados, como através da realização de entrevistas, por exemplo. Entretanto, concluiu-se que não é possível realizar um estudo fidedigno sem que a agencialidade seja tratada como prioridade na percepção do tema.

Como a sociedade está dentro do contexto da violência estrutural (Galtung, 1969), mesmo com os meios de proteção existentes (projetos, leis, acordos internacionais, campanhas governamentais), as violências diretas continuam acontecendo diariamente, que não permitem que as crianças possam ter vidas tranquilas, tendo sido soldados ou não, ou crianças de rua. Com a falta de acesso à educação, ao direito de expressão, de ser registrada, o acesso à saúde, a crescer e se desenvolver com sua família, pela sociedade em que vivem ainda não ser capaz de prover esses direitos com impecabilidade às crianças por problemas estruturais, isso dá a

continuidade das violências, que não lhes permitem ter acesso ao básico. Então, não é apenas um problema que vem da guerra e de conflitos, é a falta de infraestrutura para prover os direitos básicos e a estrutura violenta da sociedade. Guerras e conflitos são agravantes de uma situação já frágil. As estruturas não são separáveis da agencialidade dos indivíduos, mas são constantemente produzidas e reproduzidas, mas contestadas pelas ações humanas. Ou seja, as ações estão ligadas à estrutura (Denov, 2010, p. 46).

Então o conceito de agencialidade para o estudo das crianças-soldado, que decorre dentro desse contexto de violência estrutural e da estrutura da sociedade, se mostra necessário para compreender qual papel elas têm dentro dos grupos armados e porquê frequentemente cometem atos violentos contra outras pessoas. Ao analisar o conceito de agencialidade tática de Honwana (2006, p.73), percebe-se que ela ocorre em uma situação onde é necessário fazer uma escolha difícil em um instante, sob imensa pressão. Isso, junto à violência psicológica (Galtung, 1969, p. 169) a qual elas são submetidas, forma crianças perpetradoras de crimes. As consequências disso, são que o convívio em ambientes agressivos, onde se é direcionado a ter comportamentos agressivos, automatiza essa violência direta para com o próximo, perpetuando a situação até que elas possam ser desmobilizadas. Às vezes a violência é usada com base no sentimento de vingança ou como um modo de procurar fazer justiça por alguém – se a família ou algum amigo foi morto, por exemplo (Trenholm, 2013, p. 219). O porquê elas se mantêm nos grupos está relacionado a isso, ou o medo de fugir, que há grande possibilidade de ocasionar em sua morte ou punição severa.

Os documentários tiveram importante papel neste estudo, pois foi possível confirmar, através das imagens e depoimentos o que trazem alguns autores sobre o motivo das crianças serem recrutadas (serem facilmente maleáveis, se alimentarem menos, receberem pouco ou mesmo nada), como a fala do sr. Bukeni Beck, embora essa seja uma visão básica e simplista sobre os motivos de recrutamento, que não aborda a possibilidade da agencialidade, que o indagar apenas o porquê se envolvem não é o suficiente, sendo necessário analisar como se envolvem, como navegam dentro dos terrenos da guerra, como os comportamentos agressivos podem tornar-se repetitivos e como isso as influencia na reinserção na sociedade, uma vez que isso acontece. Essa seria uma maneira de enriquecer os documentários e melhorar o acesso à informação e conscientização.

Foi possível perceber também que nestes documentários a violação sexual ainda é pouco falada. Sendo um dos maiores abusos que passam as crianças, especialmente meninas, é de se

questionar o porquê de nenhum dos documentários ter falado sobre isso. Na produção estadunidense, foi natural falar sobre a prostituição das meninas, mas não sobre elas serem violadas nas ruas e quando parte dos grupos armados, olhando apenas como lado de vítima. T tamanha dimensão do problema é imprescindível que haja muita discussão sobre, e muita ação. Colocar planos em ação como NAP é o começo para que as violações comecem a diminuir. Relembrando Martins (2011, p. 439), pensar no que é considerado criança com uma sexualidade ativa é o oposto do imaginado e aceito pela comunidade internacional, logo, percebe-se o motivo de não ter sido abordado.

Consoante os vários livros, artigos, documentários e depoimentos dos jovens repórteres aqui analisados, a educação é primordial para que as crianças tenham chance de um futuro melhor, mas, além disso, que não sejam recrutadas em primeiro lugar, que não tenham que viver e realizar atos contra sua vontade, ou sequer tenham que escapar de situações violentas, pois a prioridade é que elas estudem e se sintam realizadas em suas vidas adultas ao invés de estarem tendo que se recuperar de traumas e se sentirem aceitos novamente em suas comunidades.

Foi também importante analisar a situação das crianças de rua, que não é comumente falada em artigos sobre crianças-soldado. Ser uma criança de rua é estar ainda mais exposta às violências, seja direta, seja sexual, seja psicológica, e ainda pode acarretar no recrutamento. As situações que as levam a serem expulsas de casa também precisam de mais atenção dos acadêmicos, do governo e dos apoios nacional e internacional, pois é preciso estarem preparados para lidar com crianças que foram maltratadas, pois têm necessidades específicas que requerem tratamento e atenção.

O novo governo precisa se comprometer verdadeiramente com esta causa, para que não somente elas sejam resgatadas, mas também tenham todo tipo de apoio necessário para conseguirem retornar integralmente à sociedade. É preciso haver um esforço para que as pressões sociais e a estigmatização que sofrem as crianças sejam amenizadas (Watson, 2008). Um exemplo de como isso pode ser feito é através de campanhas de conscientização a ser realizada nas comunidades, tanto sobre crianças-soldado quanto de meninas, que além de terem sido soldados, também sofrem ainda mais que os meninos por conta do estigma de terem filhos (as), doenças ou por terem sido “namoradas” e “esposas” de comandantes e soldados em busca e troca por proteção. Não depende apenas dos mecanismos de proteção, depende das condições estruturais que não permitem que as crianças, mesmo quando desmobilizadas, tenham garantia

de boas condições de vida. Mesmo fora do conflito há a violência no dia a dia, que impede de ter acesso a segurança, educação e alimentação, e isso é um trabalho a longo prazo.

Findando, é importante que os projetos e as leis sejam cumpridos, que haja o contínuo esforço dos atores em fazer com que isso aconteça, pois eles são de extrema importância para a garantia dos direitos das crianças, para que se encerre definitivamente o recrutamento, sofram cada vez menos violações e possam viver as suas vidas sem interrupções por motivo de violência. Embora, como falado, seja algo que exista estruturalmente, conforme as ações forem tomadas, espera-se que elas reflitam positivamente para que a situação das crianças possa melhorar gradualmente. É preciso reiterar a importância de as crianças terem acesso à educação. Se estão nas escolas correm menos risco de recrutamento, assim como se desenvolvem para contribuir e crescer na sociedade.

No *Pona Bana*, algumas crianças escreveram poemas e pedidos. François, 13 anos, de Beni, escreveu sobre educação: “O lugar das crianças é na educação e não com a milícia, onde eles são ensinados a causar mortes. Nós queremos escolas gratuitas e obrigatórias para todas as crianças, na esperança de um futuro melhor.” (Pona Bana, 2019c)

Muito já foi feito, a quantidade de crianças recrutadas tem diminuído, mas ainda há muito que pode ser realizado para que diminuam não só o recrutamento, mas também todas as formas de abuso. Com trabalho conjunto entre o Estado, agentes locais, OIs e ONGs, será possível alcançar esse objetivo.

Bibliografia

- Abbink, J. (2005). Being young in Africa: The politics of despair and renewal. In *African Dynamics* (p. 36). Leiden.
- Babbie, E. (2003). *Métodos de Pesquisa de Survey*. (UFMG, Ed.) (3rd ed.). Belo Horizonte: International Thomson Publishing Inc.
- Bartolomei, M. L. (2012). A Gender Perspective on Girls and Young Women in Armed Conflicts and Organised Armed Violence. In I. Derluyn, C. Mels, S. Parmentier, & W. Vanderhole (Eds.), *Remember: Rehabilitation, reintegration and Reconciliation of War-Affected Children* (pp. 497–532). Cambridge: Intersentia.
- De Boeck, F. (2018). Children, Youth and Generational Change in the Democratic Republic of Congo. Belgium.
- De Certeau, M. (1984). *The Practice of Everyday Life*. California: University of California.
- Denov, Myriam. 2010. *Child Soldiers: Sierra Leone's Revolutionary United Front*. New York: Cambridge University Press.
- Doreen, E., & Segal, A. U. (2012). *Refugees Worldwide*. California: Praeger.
- Faulkner, C. M., Powell, J., Lasley, T., Faulkner, C. M., Powell, J., & Lasley, T. (2019). Funding, capabilities and the use of child soldiers. *Third World Quarterly*, 1–26. <https://doi.org/10.1080/01436597.2019.1577680>
- Frisso, G. M. (2012). Crianças-soldado no conflito em Serra Leoa: direitos humanos, direito internacional humanitário e/ou direito internacional penal. *Revista de Direito Internacional*, p. 10. Retrieved from <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/rdi/article/view/1845>
- Galtung, J. (1969). Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, (6), 26. <https://doi.org/10.1177/002234336900600301>
- Galtung, Johan and Tord Höivik. 1971. "Structural and Direct Violence : A Note on Operationalization." *Journal of Peace Research* 73–76.
- Galtung, J. (1990). Cultural Violence. *Journal of Peace Research*, (27), 16. <https://doi.org/10.1177/0022343390027003005>
- Haer, Roos and Tobias Böhmelt. 2018. "Girl Soldiering in Rebel Groups, 1989 – 2013: Introducing a New Dataset." *Journal of Peace Research* 1–9.
- Hermenau, K., Hecker, T., Maedl, A., Schauer, M., & Elbert, T. (2013). Growing up in armed groups: Trauma and aggression among child soldiers in DR congo. *European Journal of Psychotraumatology*, 4(SUPPL.) doi:10.3402/ejpt.v4i0.21408
- Honwana, A. (2006). *Child soldiers in Africa*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Honwana, A., & De Boeck, F. (2005). *Makers and breakers: children and youth in postcolonial Africa*. Oxford: James Currey.
- Jewitt, C., & Van Leeuwen, T. (2001). *The Handbook of Visual Analysis* (1ª edição). Londres: Sage Publications.
- Kasherwa, A. C., & Twikirize, J. M. (2018). Ritualistic child sexual abuse in post-conflict Eastern DRC: Factors associated with the phenomenon and implications for social work. *Child Abuse & Neglect*, 81, 74–81. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.04.012>
- Kisangani, E. (2003). CONFLICT IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO: A

- MOSAIC OF INSURGENT GROUPS. *International Journal on World Peace*, 20(3), 51-80. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/20753410>
- Lanning, K. V., Federal Bureau of Investigation, Q. V., & National Center for Missing and Exploited Children, W. D. (1987). *Child Molesters: A Behavioral Analysis*. For Law-Enforcement Officers Investigating Cases of Child Sexual Exploitation. Second Edition. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=eric&AN=ED307532&lang=pt-pt&site=ehost-live&scope=site>
- Martins, Catarina. 2011. "The Dangers of the Single Story: Child-Soldiers in Literary Fiction and Film." *Childhood* 434–46.
- Lee, A.-J. (2009). *Understanding and Addressing the Phenomenon of "Child Soldiers": The Gap between the Global Humanitarian Discourse and the Local Understandings and Experiences of Young People's Military Recruitment*. Oxford.
- McMullen, J., O'Callaghan, P., Shannon, C., Black, A., & Eakin, J. (2013). Group trauma-focused cognitive-behavioural therapy with former child soldiers and other war-affected boys in the DR Congo: A randomised controlled trial. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 54(11), 1231–1241. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12094>
- Morales, W. Q. (2008). As meninas soldados outra face da exploração sexual e da violência de gênero. *Air & Space Power*. Retrieved from <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2008/3tri08/morales.htm>
- Nelson, B. D., Collins, L., VanRooyen, M. J., Joyce, N., Mukwege, D., & Bartels, S. (2011). Impact of sexual violence on children in the eastern democratic republic of congo. *Medicine, Conflict and Survival*, 27(4), 211-225. doi:10.1080/13623699.2011.645148
- Pureza, J. M., & Moura, T. (2004). O regresso da paz negativa? *Revista de História Das Ideias*, (25), 13. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/13041>
- Pureza, J. M., & Moura, T. (2005). Violência(s) e Guerra(s): do triângulo ao continuum. *Revista Portuguesa de História*, 37, 21.
- Rake, A. (2001). Where Kabila went wrong. (Cover story). *New African*, (394), 23. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=a9h&AN=4153447&lang=pt-pt&site=ehost-live&scope=site>
- Reyntjens, F. (2001). Briefing: the Democratic Republic of Congo, from Kabila to Kabila. *African Affairs*. *African Affairs*. Retrieved from <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=3da4f0c0-1cff-4ef6-ab9e-667be89cf9df%40sessionmgr4005&vid=1&hid=4106>
- Ribeiro, A. S. (2013). *Representações da Violência* (1ª). Coimbra: Almedina.
- Roque, S. (2016). *Pós-Guerra?* (1ª edição). Coimbra: Almedina.
- Scheper-Hughes, N., & Bourgois, P. (2004). *Violence in War and Peace* (1st ed.). Oxford: Blackwell.
- Schramm, W., & Roberts, D. F. (1971). *The process and effects of mass communication*. (U. of I. Press, Ed.) (2nd ed.).
- Silva, I. C. (2011). *Guerra e construção do Estado na Rep. Democrática do Congo: A definição militar do conflito como pré-condição para a paz*. Retrieved from <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31730/000784798.pdf>
- Singer, P. W. (2006). *Children at war*. Berkeley: University of California Press.

- Stake, R. E. (2007). *Arte de Investigação com Estudos de Caso* (Fundação C). Lisboa: Sage Publications.
- Trenholm, J., Olsson, P., Blomqvist, M., & Ahlberg, B. M. (2013). Constructing soldiers from boys in eastern democratic republic of congo. *Men and Masculinities*, 16(2), 203-227. doi:10.1177/1097184X12470113
- Utas, M. (2005). Victimcy, Girlfriending, Soldiering: Tactic Agency in a Young Woman's Social Navigation of the Liberian War Zone. *Anthropological Quarterly* 78(2), 403-430. George Washington University Institute for Ethnographic Research. Retrieved September 20, 2019, from Project MUSE database.
- Valenzola, R. H. (2013). O conflito na República Democrática do Congo e a ausência do Estado na regulação das relações sociais. *Revista Do Laboratório de Estudos Da Violência Da UNESP/Marília*, 59-86. Retrieved from <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/3477>
- Vigh, H. (2006). *Navigating terrains of war: youth and soldiering in Guinea-Bissau* (1st ed.). New York: Berghahn Books.
- Vlassenroot, K., & Raeymaekers, T. (2005). *The formation of centres of profit, power and protection: conflict and social transformation in eastern DR Congo*. Copenhagen: University of Copenhagen. Centre of African Studies.
- Yin, R. K. (2005). Estudo de caso: Planejamento e Métodos. In *Estudo de Caso* (p. 209). Porto Alegre: Bookman.
- Yin, R. K. (2009). *Case study research: design and methods* (4th editio). Sage Publications.

Fontes

- AJEDI-Ka. (2003a). *A Duty to Protect: Child Soldiers in the DRC*. DRC: YouTube. Retrieved from <https://www.youtube.com/watch?v=vC6NEeDiyIM&t=12s>
- AJEDI-Ka. (2003b). *On the Frontlines: Child Soldiers in the D.R.C*. DRC: YouTube. Retrieved from <https://www.youtube.com/watch?v=7WELU-7FTLQ>
- Amnesty International. (2003). Democratic Republic of Congo: Children at War. Retrieved October 8, 2015, from <http://www.refworld.org/docid/45b99fb12.html>
- Amnesty International. (2019). DRC: President Tshisekedi must act on human rights. Retrieved June 12, 2019, from <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/02/drc-president-tshisekedi-must-act-on-human-rights/>
- Balluf, D. (2008). *Children Of The Congo: From War To Witches*. DRC: YouTube. Retrieved from https://www.youtube.com/watch?v=XFgO3N_S68U
- BBC. (2015). Bosco Ntaganda - the Congolese "Terminator." Retrieved February 3, 2019, from <https://www.bbc.com/news/world-africa-17689131>
- Children and Armed Conflict. 2019. "Questions and Answers on the Recruitment and Use of Child Soldiers." Retrieved July 30, 2019 (<https://childrenandarmedconflict.un.org/questions-and-answers-on-the-recruitment-and-use-of-child-soldiers2/>).
- DRC. Loi n° 09/001 du 10 janvier 2009 portant protection de l'enfant (2009). Democratic Republic of Congo. Retrieved from <http://www.leganet.cd/Legislation/JO/2009/L.09.001.10.01.09.htm>
- Fernandes, R. C. (2019). RD Congo: "Exterminador" condenado por crimes de guerra e contra a humanidade. Retrieved August 8, 2019, from https://www.publico.pt/2019/07/08/mundo/noticia/exterminador-condenado-crimes-guerra-humanidade-1879113?utm_source=notifications&utm_medium=web&utm_campaign=1879113

- Freedom House (2019). *Freedom in the World 2019*. Retrieved from <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2019/congo-democratic-republic-kinshasa>
- Human Rights Watch. (2001). Congo - Reluctant Recruits: Children and Adults Forcibly Recruited For Military Service in North Kivu. Retrieved October 9, 2015, from <http://www.refworld.org/docid/3bd0239ad.htm>
- ICRC. (2019). *Emergency Plan of Action Operation Update*. Retrieved from <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/MDRCD027ou2.pdf>
- JICA (2017). *Country Gender Profile: Democratic Republic of the Congo Final Report*. Retrieved from https://www.jica.go.jp/activities/issues/gender/reports/ku57pq00002hdvy2-att/drc_2017_en.pdf
- Ministere du Genre, Enfant et Famille. NATIONAL ACTION PLAN: CONGO (KINSHASA) (2018). DRC. Retrieved from https://www.peacewomen.org/sites/default/files/PAN_1325_II_VALID_VERSION_FINALE.pdf
- MONUSCO. (n.d.). Child Protection. Retrieved June 10, 2019, from <https://monusco.unmissions.org/en/child-protection>
- Pona Bana. (n.d.a). Pona Bana, the voice of youth in the Democratic Republic of Congo. Retrieved June 10, 2019, from <https://ponabana.com/en/pona-bana-voice-youth-drc>
- Pona Bana. (n.d.b). What are the Committees and the Children's Parliament? Retrieved June 10, 2019, from <https://ponabana.com/en/committees-childrens-parliament/>
- Pona Bana. (2017). Trésor: 6 years with a weapon, now with a wood plane. Retrieved June 10, 2019, from <https://ponabana.com/en/tresor-child-soldier-in-drc/>
- Pona Bana. (2018). Life in an armed group: the sad story of Rachel. Retrieved June 11, 2019, from <https://ponabana.com/en/armed-group-east-drc-rachel/>
- Pona Bana. (2019). Child of the world. Retrieved June 10, 2019, from <https://ponabana.com/en/child-of-the-world/>
- Pona Bana. (2019a). Recruiting a child to fight is a crime! Retrieved from <https://ponabana.com/en/recruiting-a-child-to-fight-is-a-crime/>
- Pona Bana. (2019b). Educated girls for a better Congo of tomorrow. Retrieved June 11, 2019, from <https://ponabana.com/en/educated-girls-for-a-better-congo-of-tomorrow/>
- Pona Bana. (2019c). We are children not soldiers! Retrieved June 11, 2019, from <https://ponabana.com/en/we-are-children-not-soldiers/>
- Pona Bana. (2019d). Street children: why can they not go to school? Retrieved June 11, 2019, from <https://ponabana.com/en/street-children-why-can-they-not-go-to-school/>
- Pona Bana. (2019e). Girls can do better than just fetch water! Retrieved June 11, 2019, from <https://ponabana.com/en/girls-can-do-better-than-just-fetch-water/>
- Ramme, O. (n.d.). 1965: Mobutu dá golpe e se torna presidente do Congo. Retrieved May 10, 2019, from <https://p.dw.com/p/1PIq>
- Rodrigues, A. (2019). Está a acontecer uma “tentativa de genocídio” na RD Congo. Retrieved July 15, 2019, from <https://www.publico.pt/2019/07/03/mundo/noticia/acometer-tentativa-genocidio-rd-congo-1878580>

- Silva, I. C. da. (2013). Guerra sem fim? Conheça as raízes do conflito no Congo que em quase 20 anos matou 6 milhões de africanos. Retrieved August 8, 2018, from <http://www.cartanaescola.com.br/single/show/267>
- Suluhu. n.d. “Armed Groups Biography.” Retrieved (<https://suluhu.org/congo/biographies/>).
- Taylor, Diane. 2012. “Black Diamond: A Female Victim of Charles Taylor’s Crimes Speaks out.” *The Guardian*. Retrieved August 30, 2019 (<https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2012/may/28/female-victim-charles-taylor-speaks>).
- The World Bank. (2013). World Bank Documents: Report for the Democratic Republic of Congo, *Report No.*(66158), 139. Retrieved from <http://documents.worldbank.org/curated/en/664211468246896400/pdf/661580CAS0Box30C0dislosed050160130.pdf>
- The World Bank. (2019). *Population ages 0-14, female*. Retrieved from <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.0014.FE.IN?end=2018&locations=CD&start=1960&view=chart>
- TPI. 1998. *ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL*. Itália. Retrieved (http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/estatuto_roma_tpi.pdf).
- U.N. (2010). *Report of the Secretary-General on Children and Armed Conflict in the Democratic Republic of the Congo*. Retrieved from http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2010/369
- U.N. (2014). *Report of the Secretary-General on children and armed conflict in the Democratic Republic of the Congo*. Retrieved from <http://undocs.org/S/2014/453>
- U.N. (2017). *S/2017/821: Children and Armed Conflict*. New York. Retrieved from <https://undocs.org/S/2017/821>
- U.N. (2018). *S/2018/465: Children and Armed Conflict*. New York. Retrieved from <https://undocs.org/en/S/2018/465>
- U.N. Peacekeeping. (2019). The UN Security Council extends the mandate of MONUSCO until 20 December 2019. Retrieved June 30, 2019, from <https://peacekeeping.un.org/en/un-security-council-extends-mandate-of-monusco-until-20-december-2019>
- UNICEF. (1989). A Convenção sobre os Direitos da Criança. New York. Retrieved from https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf
- UNICEF. (2007). *THE PARIS PRINCIPLES PRINCIPLES AND GUIDELINES ON CHILDREN ASSOCIATED WITH ARMED FORCES OR ARMED GROUPS*. Paris. Retrieved from <http://www.unicef.org/emerg/files/ParisPrinciples310107English.pdf>
- UNHCR. (2009). *Solicitações de Refúgio apresentadas por Crianças*. Retrieved from <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9747.pdf?view=1>
- UNICEF. (2018). *UNICEF RDC en 2018*. DRC. Retrieved from https://www.unicef.org/drcongo/media/2521/file/UNICEF_RDC_en_2018.pdf
- UNDP. (2018). *Latest Human Development Index (HDI) Ranking*. Retrieved from <http://hdr.undp.org/en/2018-update>
- Voguel, Cristoph. n.d. “CONGO MINING.” *Suluhu*. Retrieved March 5, 2019 (<https://suluhu.org/mining/>).
- Witness. n.d. “Witness: Our Approach.” Retrieved September 15, 2018 (<https://witness.org/about/>).